

MANDATO XII**ATA N.º. 14/2019****SESSÃO ORDINÁRIA DE 18 DE OUTUBRO DE 2019**

*Aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezanove, nesta cidade de Braga, no pequeno Auditório do Fórum Braga, pelas vinte e uma horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Braga, sob a Presidência da Senhora Hortense Lopes dos Santos, com a assistência do Senhor Serafim Figueiral Rebelo, como Primeiro Secretário e do Senhor João Manuel Tinoco Ribeiro da Silva, como Segundo Secretário. **MAIORIA LEGAL - A SR.ª. PRESIDENTE DA MESA** comunicou que havia quórum, tendo-se verificado a presença de setenta e quatro membros. **ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:** João Alberto Granja dos Santos Silva, Filomena Maria Beirão Mortágua Sousa Freitas Bordalo, Maria do Pilar Araújo Teixeira, Maria Ester da Silva Taveira, Bento Duarte da Silva, João Filipe Monteiro Marques, João Orlando Travassos Freitas Alcaide, Rui Nuno Gonçalves Marques, José Raúl de Oliveira Rodrigues, Augusto Alexandre da Cunha Dias, Inês Patrícia Ferreira Alves Varajão Borges, Manuel Joaquim da Silva Pinto Barbosa, João Miguel Ribeiro Lemos de Medeiros, Ana Leonor Pizarro Bravo da Silva Pereira, Ricardo Machado de Azevedo, Gonçalo Nuno Lopes de Castro Pimenta de Castro, Pedro Morais Mesquita Borges de Macedo, Mário Manuel Gonçalves Rodrigues, António Joaquim Tavares Fidalgo, Paula Julieta Ramada Ferreira Caramelo, Pedro Miguel Pereira de Sousa, João António de Matos*

Nogueira, Cláudia Patrícia Serapicos Alves, José Eduardo Gouveia Silva Pinheiro, José Miguel Ferreira da Silva, Emiliano Renato Araújo Noversa, Marta Filipa Azevedo Ferreira, Pedro Filipe Magalhães Roriz, Victor Bruno Machado Ferreira, Sandra Raquel Rodrigues Ribeiro, João Jorge Ferreira Baptista, Paula Maria de Azevedo da Cunha, Marcos Manuel da Silva Couto Oliveira, Lília Maria Guerreiro Assunção Leite dos Santos, António Meireles de Magalhães Lima, Maria José da Silva Lourenço, Agostinho Fernando Monteiro Fernandes, José Manuel Ribeiro Afonso, Manuel Jorge Miranda Pereira, João José da Costa Pires, Manuel Jorge Costa Pires, José Cândido Ferraz, José Oliveira da Silva, Manuel Gomes de Oliveira, José João Pereira Correia, Fernando Alberto Oliveira Costa Silva, Filipe Vaz Alves, João da Silva Oliveira, Manuel António Veiga de Carvalho, Raúl da Silva Gomes, Marco Paulo Ferreira de Oliveira, João Paulo de Carvalho Vieira, Augusto Vieira de Carvalho, Sérgio Filipe de Sá Antunes Oliveira, Manuel da Silva Dias, Adélia de Jesus Gonçalves da Silva, José Magalhães Soares Gomes, Manuel de Azevedo Martins, Ana Daniela Pereira, João Lamego Moreira, Óscar José Vieira Peixoto Alves, Maria José Fernandes Borges, Israel Clímaco Martins Barbosa Araújo Pinto, Francisco Manuel Pereira da Silva, Luís Alberto Pinto da Silva, Mário José Reis Vieira, João Carlos Fernandes da Rocha, Maria Elizabete Marques da Silva, Manuel Pereira de Faria, Dinis Filipe Gomes de Sá e Paulo Manuel Vilaça Ferreira.

SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE MANDATO: *A Assembleia, em face dos pedidos apresentados, deliberou aceitar a suspensão de mandato dos seguintes membros: Hugo Alexandre Lopes Soares, Américo dos Santos Afonso, Maria Angelina Pinto Rodrigues, Natacha Sofia Miranda Fontes, Maria Manuela de Freitas Marques, Paulo Alexandre Lopes de Carvalho Viana, Tânia Correia da Cruz, Fernando Manuel Martins Viana, João Diogo Fernandes Ferreira, Carlos André da Silva*

*Alves de Sá, Fernando Manuel Gonçalves Sá Menezes, Fausto Alves Farinha, Catarina Lourenço Ribeiro, Márcio Alexandre Martins Ribeiro, Maria Helena Fernandes Teixeira, José Pedro Gomes Bastos, Carla Maria da Costa e Cruz, Bárbara Seco de Barros, Pedro Miguel Rodrigues Simões Casinhas, Rita Costa Pinto de Barros, Manuel António Vieira da Silva Esperança, Maria Alexandra Nogueira Vieira e Manuel Carlos Ferreira da Silva. **FALTOU O SEGUINTE MEMBRO:** Carmindo João Costa Soares. Passou-se ao **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO**. Neste período registou-se a primeira intervenção pelo **SR. LUÍS MIGUEL GOMES PRECIOSO**, habitante de Palmeira, para denunciar o pré-aviso de greve nos TUB, existente desde um de janeiro de dois mil e treze, que era vergonhoso. Informou que se deslocou a pé duas vezes e que da próxima vez que isso ocorresse, chamaria um táxi e apresentaria a conta à Administração dos TUB e ao STAL. Já tinha comunicado com o Relações Públicas dos TUB, falou com o Administrador político dos TUB, e nenhuma justificação foi dada. A quem interessava aquele pré-aviso de greve que existia há seis anos? Os TUB fizeram-se para servir as comunidades e os utentes, como o interveniente. Portanto, havia que se cumprir esse desígnio. A última vez que falou com o Presidente do STAL de Braga e lhe disse que iria, ali, denunciar o assunto, disse-lhe para dar um tiro ao Sr. Presidente da Câmara. Disse depois que, em termos de emergência climática, estavam a ver uma empresa urbanizadora a destruir dezenas de carvalhos e outras espécies gigantescas em Palmeira. Competia, agora, à Câmara, a quem tinha escrito a expor a situação, vigiar esse empreendimento. Alertou, ainda, para a correção de um erro existente na placa de inauguração do Altice, que tinha que ser corrigido o de estar por extenso o grau de Doutor, atribuído a Mário Soares. A segunda intervenção foi protagonizada pelo **SR. JOAQUIM DA SILVA PEREIRA**, para*

dizer que o que o levou, ali, pela terceira vez, era fazer uma pergunta e um apelo ao Sr. Presidente da Câmara, relacionado com a rua da Estrada, que estava pavimentada até meio, faltando cerca de cento e cinquenta metros e que ligava a freguesia de Vilaça a Sequeira. Existia também, ali, muito entulho, o que o entristecia. Alertou, ainda, para a segurança das autoestradas de Vilaça e Fradelos, relacionada com a colocação de uma rede, para evitar graves problemas. Gostaria de saber quanto ganhava cada membro daquela Assembleia. Disse, depois, que ia gente à Malafaia por conta do dinheiro público, mas ia uma camioneta de uma freguesia, que levava só cinquenta pessoas, se fossem duas freguesias, iam duas camionetas com cem pessoas, mas se houvesse mais vinte pessoas, dez pessoas de cada freguesia ficavam excluídas. Sugeriu que se pagasse uma quota por pessoa, por exemplo cinco euros, evitando-se, dessa forma, comentários de que só iam os amigos, o que colocava a Autarquia numa situação desagradável. A concluir, reiterou a necessidade de se tratar as questões acima referidas. Passou-se, depois, ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, em que interveio a **Sr^a. Deputada do P.S., CLÁUDIA PATRÍCIA SERAPICOS ALVES**, para proceder à apresentação de um **Voto de Pesar**, que dizia: “Só sei que tinha o poder de uma criança, Entre as coisas e mim a vizinhança, E tudo era possível era só querer” Ruy Belo em *Um Homem de Palavra*. Faleceu no passado dia vinte e seis de agosto o Padre Doutor António Manuel Sousa Fernandes nascido a vinte e quatro de março de mil novecentos e trinta e seis, em Brunhais, concelho da Póvoa de Lanhoso. As palavras do poeta remetem-nos para este homem bom que foi Padre, Professor, Político, Músico, Amigo que acreditava e acreditava sobretudo nas pessoas. A sua intervenção de cidadão público, o seu apostolado de católico comprometido, a sua profissão docente e até a dedicação à música foi um hino aos homens e à boa vontade. Dotado de grande

sensibilidade e generosidade era um apaixonado pela música, mas a bondade e o seu desejo de justiça social fizeram do Doutor, do Padre Sousa Fernandes um exemplo. Caracterizado pela sua alegria e por ser extremamente disponível para todos os que o procuravam como conselheiro, confidente ou simplesmente amigo, deixou um vazio imenso. Cidadão e democrata empenhado foi vereador e presidente da Câmara Municipal interino entre junho e novembro de mil novecentos e oitenta e três. Presidente desta Assembleia Municipal de janeiro de mil novecentos e oitenta e seis a outubro de dois mil e cinco, eleito pelo Partido Socialista, foi um exemplo reconhecido no exercício das suas funções. Dirigiu, igualmente a Revista Bracara Augusta com prestígio e independência. Como Padre esteve no Seminário Menor como Prefeito e exerceu posteriormente funções de juiz no tribunal eclesiástico. Mas esta sua missão ficou marcada pela forma como dinamizou a Capelania da Senhora-a-Branca, onde criou o coro com um conjunto de jovens, dentro do espírito do Vaticano Segundo, numa igreja local ainda muito conservadora, sendo local de encontro de muitos jovens católicos generosos e empenhados. Nos últimos anos foi capelão da Nossa Senhora de Guadalupe onde construiu uma verdadeira família cristã. Eram domingos celebrados com muita alegria, reflexão e muita amizade. Foi um académico brilhante ligado à Universidade do Minho onde desenvolveu a sua atividade docente, como Assistente e mais tarde como Professor Associado, tendo exercido as funções de presidente do Instituto de Estudos da Criança. Especialista nas áreas da Educação e da Administração Escolar destacou-se pelo seu contributo aos documentos preparatórios da Reforma Educativa nos finais dos anos oitenta. De salientar a sua grande sensibilidade musical e conhecimentos musicais - estudou canto, violino- dirigiu vários coros e compôs algumas peças musicais. Foi um cidadão profundamente empenhado e

*comprometido com a vida política e cívica do concelho de Braga e da região, de profunda espiritualidade. Foi um reconhecido humanista, sempre disponível para ouvir sem julgar. Braga, todos os bracarenses e o Partido Socialista perderam uma referência de participação empenhada pelo que esta Assembleia Municipal, reunida a dezoito de outubro de dois mil e dezanove delibera: Um - Expressar o seu público pesar pela morte do Doutor António Manuel Sousa Fernandes, referência incontornável da Cidade, da Universidade e da Igreja, transmitindo à família e aos seus amigos as mais sinceras condolências; Dois - Manifestar o reconhecimento e gratidão pelo trabalho incansável e pela sua dedicação a muitas instituições e organizações da nossa região, onde se notabilizou pelas ideias inovadoras e empenho cívico; Três - Cumprir um minuto de silêncio em sua memória e recomendar a atribuição do seu nome a um topónimo da nossa cidade". Registou-se a intervenção do Sr. Deputado do P.S.D., **JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, para dizer que, há uns dias, a Assembleia de Freguesia de São Victor, teve a oportunidade de aprovar um voto, por unanimidade, precisamente no sentido do voto que aqui foi aprovado. Naturalmente, que havia uma vontade, também, sua de apresentar um voto com o mesmo teor e com a mesma dimensão, mas havia, ali, uma regra na Assembleia Municipal, que queriam cumprir, que era tradição. Sendo um distinto antigo ocupante da bancada do Partido Socialista, naturalmente era o PS que tinha a primazia, e bem, para apresentar aquele voto. Isso não significava que não se quisessem associar a ele, porque, também, achavam que o Padre Sousa Fernandes, em todas aquelas facetas que foram, ali, descritas, e só faltava uma, que era aquilo que faltava na lista, que era o ter sido Provedor dos doentes no Hospital Escala Braga, mais uma atividade generosa, por conta de terceiros, que ele aguentou até aos seus últimos dias. Era, de facto, uma pessoa que merecia ser*

*sublinhada, pelo democrata, pela obra que deixou, mas, sobretudo, por ser um homem que estava bem com a vida. Quem o conhecia e quem teve a hipótese de se relacionar com ele, percebia isso mesmo. Era que sem deixar de ser uma pessoa determinada, uma pessoa que lutava pelas ideias em que acreditava, era uma pessoa que teve a preocupação de se formar e de ter uma visão alargada e cosmopolita sobre o mundo e sobre as coisas, não deixando de ser uma pessoa divertida e bem-disposta, e que, aliás, naquela Assembleia, lhes causava alguns embaraços, porque tomava às vezes decisões difíceis, que contestavam e que algumas até não eram corretas, mas, de facto, com a sua gargalhada desconcertante, deixavam-nos sem jeito e sem hipótese de replicar politicamente. Diria mais, as suas gargalhadas eram tão marcantes e tão fora da caixa, permitissem-lhe a expressão, que julgava que passariam a ser património daquela casa, porque, de facto, foi uma pessoa que por ali passou, e com estilo marcou e ajudou a criar e a consolidar o bom ambiente e a identidade daquela Assembleia Municipal. Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., **JOÃO MIGUEL RIBEIRO LEMOS DE MEDEIROS**, para dar uma nota muito breve, que o Grupo Municipal do CDS-PP, se iria associar àquele voto de pesar do falecimento do Padre Sousa Fernandes, destacando todo o seu curriculum em prol do nosso município e tudo o que foi explanado sobre a vertente social e política daquele conterrâneo. De louvar os dois dias que o Município lhe endereçou de luto municipal. A SR^a. **PRESIDENTE DA MESA**, que se associava àquele voto, não só por ter sido Presidente daquele órgão, mas por ter sido, também, seu Professor, seu orientador, que muito prezava e prezaria para sempre. Posto à votação foi o presente voto de pesar **aprovado por unanimidade, seguido de um minuto de silêncio**. Foi presente outro **Voto de Pesar**, agora pelo do Sr. Deputado do B.E., **ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**,*

que dizia: “A crescente escalada da violência sobre mulheres, pelos companheiros ou maridos ou homens de relacionamentos anteriores, a qual resulta, cada vez mais frequentemente, no femicídio, faz-se sentir, tragicamente, em todo o país, mas os números são particularmente elevados no concelho e o no distrito de Braga. Este fenómeno é específico e trata-se de violência contras as mulheres. O femicídio é um termo utilizado, pela primeira vez, por Diana Russell para designar "a morte das mulheres pelo simples facto de serem mulheres" e em contexto de intimidade. Falamos, pois, de violência de género, isto é, contra as mulheres e na sua expressão mais dramática e fatal, a morte. De acordo com o Artigo terceiro da Convenção de Istambul, tem como característica ser perpetrado por maridos ou companheiros ou de relacionamentos anteriores. Ocorre na sua generalidade em casa, o local onde as pessoas deveriam sentir-se seguras e estar, efetivamente, em segurança. As instituições responsáveis pelo combate a esta chaga e tragédia social tardam em dar resposta, sejam as públicas, sejam as IPSS, quer por falta de recursos, quer por falta de resposta estrutural, quer, ainda, por falta de formação generalizada por forma a sensibilizar todos os agentes para a questão particular da violência na intimidade sobre as mulheres. A comunicação social, por sua vez, continua a tratar de modo ligeiro, pouco fundamentado e até preconceituoso, esta questão grave da violência sobre as mulheres, exclusivamente pelo facto de serem mulheres, de que é exemplo, o classificar o femicídio como "crime passional". Ora, não se mata por amor. Este tratamento displicente está na origem de fenómenos de mimetismo e, como os estudos já demonstraram, geram novos femicídios no curto espaço de tempo seguinte ao de notícias sensacionalista que só pensam nas audiências. Estes aspetos assinalados tornam evidentes uma dinâmica de agressividade que em alguns países é já designada por violência machista, uma vez que, em termos

sociológicos configura um tipo de crime sobre um grupo muito específico: as mulheres. Assim, os membros da Assembleia Municipal de Braga exortam o executivo municipal a ser diligente e proactivo na utilização dos instrumentos de que dispõe e na articulação com todos os parceiros sociais, tornando mais eficazes as medidas de prevenção do fenómeno, de encaminhamento, e de apoio às vítimas. Em memória das mulheres, vítimas mais recentes de femicídio no concelho de Braga, propomos que esta Assembleia Municipal observe um minuto de silêncio. Posto à votação foi o presente voto de pesar **aprovado por unanimidade, seguido de um minuto de silêncio**. A palavra foi dada ao Sr. **Deputado do C.D.S.-P.P., PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO**, para apresentar um outro **Voto de Pesar**, referindo que: “Faleceu no passado dia dezasseis de setembro, vítima de doença prolongada, o empresário de Turismo, o Senhor Doutor Miguel Pereira de Macedo de Sá Menezes e que foi Deputado Municipal deste Município pelo Partido Popular Monárquico! Era uma pessoa de trato afável e que tinha a característica de ser fiel aos seus ideais! Infelizmente, deixou-nos cedo demais! Assim sendo, esta Assembleia Municipal Reunida no dia dezoito de outubro de dois mil e dezanove aprova um voto de pesar e solicita à Presidente da Assembleia Municipal que enderece, em nome desta Assembleia, à Família do Antigo Deputado desta Câmara, as mais sentidas condolências! Façamos Iminuto de silêncio em respeito da sua memória!”. Posto à votação foi o presente voto de pesar **aprovado por unanimidade, seguido de um minuto de silêncio**. Seguiu-se a intervenção do Sr. **Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA**, para proceder à apresentação de um **Voto de Louvor** do seguinte teor: “A Saboaria e Perfumaria Confiança, celebrou no passado dia doze de outubro, cento e vinte e cinco anos de existência. Foi no longínquo ano de mil oitocentos e

oitenta e quatro que nasceu, na Rua Nova de Santa Cruz, em Braga uma Saboaria e Perfumaria com o nome Confiança. O edifício que ainda hoje permanece na Rua Nova de Santa Cruz viria a ganhar a atual forma ao longo dos anos seguintes. A freguesia de São Victor e a Zona Este do Perímetro Urbano foi crescendo à volta deste edifício emblemático e que ao longo das suas décadas de atividade empregou milhares de Bracarenses. A Confiança assumiu um estatuto de cidade dentro da cidade, oferecendo às suas operárias e operários, uma série de valências que, ainda hoje, são praticamente inexistentes nas atuais fábricas portuguesas, como são exemplo a creche, apoio médico extensível às famílias, a biblioteca, salão de festas e até uma sala de Teatro, o que era bem demonstrativo o quão à frente do seu tempo sempre esteve. A Confiança é, ainda hoje a segunda saboaria e perfumaria mais antiga da Península Ibérica e o seu passado está umbilicalmente relacionado com o desenvolvimento da Freguesia de São Victor e da Cidade de Braga. No passado dia doze de outubro a Plataforma Salvar a Confiança, organizou as celebrações do centésimo vigésimo quinto Aniversário da Fábrica Confiança. As mesmas decorreram sem o destaque, cuidado e dignidade que mereceram as celebrações de aniversários anteriores, contudo importa ressaltar o empenho que a Plataforma Salvar a Confiança empreendeu para que esta data fosse lembrada constitui um marco na Preservação da Memória viva da Saboaria e Perfumaria Confiança. A Assembleia Municipal de Braga congratula-se, então, com os cento e vinte e cinco anos da Fábrica Confiança e saúda a Plataforma Salvar a Confiança pela organização da efeméride e pela constante preservação do património material e imaterial da Fábrica”. Colocada à discussão, passou a usar da palavra o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, que disse terem ouvido com atenção o texto que lhes foi, ali, proposto. Naturalmente que a

*memória da Fábrica julgava ser consensual, merecendo o respeito que era conhecido de todos. Naturalmente que não confundiam a questão do património, da ideia, até da necessidade de preservar a memória, daquilo que tinha sido o debate político e tinha sido a questão do destino das instalações. Eram coisas, obviamente, diferentes. Havia, da sua parte, uma posição de abertura para votar aquela evocação dos centos e vinte e cinco anos da Fábrica Confiança, se os subscritores retirassem a referência à questão da Plataforma, porque entendiam que isso inviabilizava a possibilidade de o votarem. Se quisessem que se associassem ao voto, retirando essa referência, fá-lo-iam com gosto. Naturalmente, se quisessem manter a referência, votariam contra. Interveio, novamente, o Sr. Deputado do P.S., **PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA**, para dizer que compreendiam, naturalmente, algum incómodo que face à posição política que a Câmara tinha assumido, relativamente ao destino da Fábrica Confiança, que o Deputado João Granja, com a habilidade e com a sensibilidade que todos lhe conheciam, tivesse ido, ali, procurar uma saída airosa. Mas a história da Confiança, também era a história daquela Plataforma, que tinha ajudado àquela defesa de um momento muito importante e muito periclitante que aquele edifício e o seu destino futuro viviam. E, portanto, naturalmente, o Partido Socialista, porque se revia, quer na forma, quer no conteúdo, sobre aquilo que devia ser o futuro da Fábrica Confiança, a sua importância para a cidade, a sua importância para a preservação da memória industrial, daquilo que era o nosso património e o nosso passado, não podia, por questões de conforto da maioria, retirar um papel que reputavam e reconheciam como importantes. Aquela era a proposta do Partido Socialista. Era uma proposta que entendiam ser uma proposta de saudação sadia, bondosa, não se estando a discutir sequer a fundo o destino do edifício, estando-se a discutir algo que os devia unir a todos, salvar a*

Confiança. E a Plataforma Salvar a Confiança tinha um papel que reconheciam e valorizavam e que não estavam, naturalmente, dispostos a riscar. O Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA, usou da palavra para apresentar um Voto de Saudação, sobre a mesma matéria, destacando que:

“O membros do Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal de Braga cientes da importância das instalações da antiga Saboaria Confiança como o mais importante legado fabril da cidade de Braga, reconhecem e apoiam as atividades desenvolvidas pela Plataforma, cuja ação e exemplo de cidadania e de democracia participativa enaltecem, a envidar todos os esforços que impeçam a alienação da Saboaria Confiança, salvaguardado a memória do "trabalho" na cidade de Braga e a História Contemporânea, bem como, em termos urbanísticos e culturais, a criação de novas centralidades em zonas mais esquecidas da cidade; Pugnando pela preservação das instalações da Fábrica Confiança e pelo seu aproveitamento ao serviço da cultura, a Plataforma Salvar a Confiança desde há muito vem alertando para importância que este edifício pode significar no sucesso da eventual candidatura de Braga a Capital Europeia da Cultura, cujo processo já foi encetado pela Câmara Municipal; No âmbito das comemorações dos cento e vinte e cinco anos da Fábrica Confiança, a Plataforma Salvar a Confiança levou a efeito várias atividades comemorativas, numa ação de cidadania e de orgulho na história contemporânea bracarense, no património histórico da cidade, no qual se inclui a Fábrica Confiança, que reuniu antigos trabalhadores, historiadores, cidadãos e cidadãos, que, por falta de autorização do executivo municipal, celebraram em plena rua esta data relevante; A iniciativa foi notícia em vários órgãos de comunicação social que, mais uma vez, relevaram a teimosia, obstinação e surdez deste executivo municipal que em troca de uma liquidez que em nada resolve os problemas financeiros da autarquia, permanece

*firme e irredutível na intenção de alienar este importante edifício histórico e eventual futura estrutura cultural, comprometendo a putativa candidatura junto da U NESCO. O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda congratula-se com os esforços da Plataforma Salvar a Confiança, da qual fazem parte mais de vinte associações culturais, para a preservação de tão importante edifício, memória viva da indústria e do trabalho no concelho de Braga; Pelo que, propõe à Assembleia Municipal de Braga a aprovação de um voto de saudação pela mais recente iniciativa promovida por esta Plataforma, no dia doze de outubro, assinalando os cento e vinte e cinco anos da Saboaria Confiança. Interveio, posteriormente, o Sr. Deputado da C.D.U., **MARCOS MANUEL DA SILVA COUTO OLIVEIRA**, para, por seu turno, apresentar uma **Saudação**, subordinada ao mesmo tema, que dizia: “No pretérito sábado, dia doze de outubro, comemorou-se a efeméride do centésimo vigésimo quinto aniversário da Fábrica Confiança. Tais comemorações consubstanciaram-se numa manifestação cultural popular que juntou mais de uma centena de pessoas entre extralanhadores da fábrica e cidadãos bracarenses num momento que, para além da festa, se traduziu num forte repúdio à obliteração deste valioso e único exemplar do património industrial bracarense da viragem do século dezanove. Apesar das tentativas, por parte do executivo camarário - e em particular do vereador João Rodrigues -, em boicotar a manifestação de sábado passado, empurrando a ação para os coloridos passeios da Rua Nova de Santa Cruz, a verdade é que o evento demonstrou claramente a vigorosa oposição de um significativo número de bracarenses à alienação do imóvel. Solução esta, aliás, decidida de forma despótica sem comunicação prévia quer à oposição, quer à Junta de Freguesia de São Vítor, quer aos Bracarenses. Esquece-se o Sr. Dr. Ricardo Rio que em dois mil e onze a solução de aquisição foi tomada pelo*

anterior executivo em harmonia com os anseios das forças da cidade e da oposição? Esquece-se que foi ele próprio, conjuntamente com o PS, que negociou a compra do imóvel com os antigos proprietários? Muita coisa se passou desde dois mil e onze. Passaram os cento e vinte anos da Confiança em dois mil e catorze, festejados efusivamente por este executivo até que, chegados a dois mil e dezanove, os que antes festejavam hoje são os seus carrascos. Os principais agentes que deveriam - de acordo com o regime jurídico da proteção do património cultural português - ser os garantes da salvaguarda e preservação deste património que é a Confiança, são exatamente os agentes que condenam a Confiança a "damnatio memoriae". Mas hoje não é dia para mais lamentos, mas antes tempo de celebração e saudações. Assim, a Assembleia Municipal de Braga, reunida a dezoito de outubro de dois mil e dezanove, endereça uma calorosa saudação, pela passagem do centésimo vigésimo quinto aniversário da fábrica Confiança, aos seus ex-trabalhadores, fundadores, amigos, e a inda aos que hoje se mantêm fiéis à sua defesa e salvaguarda". Postos à votação foram o voto de louvor, o voto de saudação e a saudação **rejeitados com quarenta votos contra e com sete abstenções e com vinte e sete votos a favor**. Interveio de seguida o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, para apresentar uma **Declaração de Voto**, em que reforçava o seu respeito pela memória dos cento e vinte e cinco anos da Confiança. Explicitar que não votaram, particularmente o voto do Partido Socialista, precisamente porque não houve a retirada do aspeto que foi solicitado, mas que, também, compreendiam bem a sua posição e era um direito que lhes assistia e no debate político era normal que aquele tipo de posições se tivesse e respeitasse. Mas, também, para dizer que se a história da Confiança tivesse que ser contada, também havia um papel mais longo e uma história onde os Presidente de Junta,

nomeadamente, o Sr. Firmino Marques, foram figuras relevantes e tinham um histórico que não devia, nem podia ser esquecido. Mas havia, também, uma nota que queria, ali, deixar. Uma coisa era a questão política, outra coisa foi aquilo que, ali, se passou, e queriam que ficasse claro que o facto de terem votado, como votaram aqueles textos, não significava que a bancada do PSD não tivesse o maior dos respetos pelas Associações, pelo movimento associativo e pela relação institucional com essas organizações. A forma respeitosa e cordial como tinham sido recebidas, nomeadamente, pelo Presidente da Câmara, sempre que o solicitaram, era a demonstração e o reconhecimento, que percebiam bem, que aquelas e outras instituições tinham, obviamente, um papel incontornável em toda a nossa sociedade. Seguiu-se a intervenção do Sr. **Deputado do C.D.S.-P.P., JOÃO MIGUEL RIBEIRO LEMOS DE MEDEIROS**, para, noutra **Declaração de Voto**, justificar a sua abstenção, por entenderem que cento e vinte e cinco anos eram um património tão importante para o município, não poderia, de certa forma, ser entendido, nem ser utilizado, como uma forma de arremesso político, por muito delével que pudesse estar implícito. Era, no seu entender, que se houvesse um voto de louvor expresso pelos cento e vinte e cinco anos daquele que foi um grande marco da indústria do município, havia, de facto, também, a necessidade e a responsabilidade de terem em conta todos os Bracarenses que por lá passaram, todo o conjunto de gerações que por lá passou e que estava perpetuado naquele edifício. Outra **Declaração de Voto** foi apresentada, agora pelo Sr. **Deputado do P.S., JOSÉ EDUARDO GOUVEIA SILVA PINHEIRO**, agradecendo o cuidado que os partidos tiveram na apresentação daquelas moções, e pensava estar em condições de falar pelas três, e achava que também estava em condições de afirmar que estavam todos, ali, aparentemente, preocupados com a preservação do futuro da Confiança. E, portanto, não se

conseguia compreender a postura do PSD, quando foi, ali, dizer que estava preocupado e que manifestava interesse em preservar a memória coletiva, industrial, material e imaterial da Confiança, que louvava o trabalho que era feito na preservação da Fábrica e do seu património e, depois, na hora de louvar aqueles que faziam um trabalho que foram, ali, defender, colavam um rótulo negativista àquele discurso e chumbavam o louvor àqueles que estavam a fazer aquilo que defendiam. E, portanto, não adiantava ir, ali, passar a mão no pelo às associações e dizer que estavam a fazer um excelente trabalho, quando na hora de as louvarem, acusavam o fundamentalismo ideológico e tinham posturas como aquela, que eram próprias da política e que respeitavam. Passou-se, depois, à apresentação de um **Voto de Louvor**, pelo **Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., RICARDO MACHADO DE AZEVEDO**, que mencionava: “A Universidade do Minho (UMinho) foi distinguida, no passado dia vinte e sete de setembro, com o prémio de Melhor Universidade da Europa em desporto universitário na década dois mil e nove a dois mil e dezanove. O prémio galardoou o desempenho desportivo da UMinho, considerando os resultados obtidos em Campeonatos e Jogos Europeus Universitários. Recorde-se que a UMinho já havia conquistado o prémio de Melhor Universidade da Europa em dois mil e treze, tendo figurado no top três do mesmo ranking em mais cinco ocasiões (terceira posição em dois mil e dez e segunda em dois mil e onze, dois mil e doze, dois mil e quinze e dois mil e dezasseis). A UMinho foi ainda considerada pela EUSA, em dois mil e dezassete, a Universidade Mais Ativa da Europa. Em dois mil e dezanove, a prestigiada Academia Minhota recebeu dois prestigiantes prémios: a Medalha de Honra ao Mérito Desportivo, por parte do Governo de Portugal e, agora, o prémio de Melhor Universidade da década, por parte da EUSA. Estes prémios, são o reflexo de um trabalho conjunto entre a Universidade do Minho, AAUM e os SASUM, em

particular o Departamento de Desporto e Cultura, confirmando o sucesso da aposta que tem sido feita ao longo dos últimos anos pelas sucessivas lideranças da Reitoria, dos SASUM e da AAUM. Em termos pessoais, tive oportunidade de fazer parte deste percurso, enquanto dirigente da AAUM e constatei de perto todo o trabalho, condições e dedicação que estas entidades têm, muito em particular a AAUM que não só através dos seus dirigentes, mas também das centenas de colaboradores que por lá passaram ao longo dos anos, que de forma totalmente abnegada dão o seu tempo a esta causa. Obviamente que tudo isto só é possível com a enorme dedicação de todos os estudantes-atletas que se entregaram à competição desportiva universitária e que, ao longo destes dez anos, obtiveram grandes resultados que agora culminam com a atribuição deste prémio. Ao longo da última década, a UMinho conquistou inúmeras medalhas a nível europeu, esteve regularmente no top três do ranking da EUSA e foi uma das instituições com maior número de atletas envolvidos nos Campeonatos e Jogos Europeus Universitários. Este reconhecimento deve ser notado não só na nossa cidade, mas, também, por todo o país. É fundamental que exista uma aposta séria e firme no desporto. Não podemos exigir resultados extraordinários aos nossos atletas, se não lhes damos as devidas condições e apoios para o sucesso dos mesmos. É algo que deve ser olhado com seriedade pelo Estado, Federações e todos os clubes. Esta é mais uma prova que, em termos desportivos, somos muito mais do que futebol. A dezoito de outubro de dois mil e dezanove, o Grupo Parlamentar do CDS na Assembleia Municipal de Braga, reuniu para atribuir um voto de louvor à Universidade do Minho, aos SASUM e à AAUM, bem como a todos os atletas que fizeram parte dos êxitos dos últimos dez anos e que culminou na atribuição do Prémio de Melhor Universidade da Europa em Desporto Universitário entre dois mil e nove e dois mil e dezanove”. Posto à votação foi o

presente voto de louvor **aprovado por unanimidade**. Foi presente uma **Declaração de Voto**, pelo Sr. Deputado do P.S., **PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA**, para dizer que se associavam àquele voto de louvor do Grupo Municipal do CDS-PP. A Universidade do Minho e a Escola Desportiva da Universidade do Minho era uma referência incontornável daquilo que melhor se fazia no país, do que melhor se fazia na Europa e o interveniente que teve a felicidade de passar naquela escola, quer como atleta, quer como dirigente associativo, também, na área do desporto, não poderia, quer do ponto de vista pessoal, quer do ponto de vista institucional, deixar de fazer aquela saudação. Havia gente que, hoje, ali, merecia ser lembrada. Eram muitos. Havia um conjunto de eventos e um conjunto de conquistas que muito tinham feito pela região de Braga, por Guimarães, campeonatos da europa, campeonatos do mundo, um sem fim de iniciativas organizadas do ponto de vista europeu e amplamente reconhecidas pela qualidade das suas organizações, e a todos aqueles que ao longo destes mais de trinta anos, ajudaram a fazer da Universidade do Minho uma grande escola desportiva e uma academia do desporto universitário do melhor que havia na europa e do melhor que havia no mundo. Uma saudação muito especial, e não iria correr o risco de lembrar, ali, um conjunto de pessoas que foram muito importantes, porque se iria esquecer de alguns, mas à Universidade do Minho, à sua cultura desportiva, ao seu apego, à sua paixão, pelo desporto como uma componente absolutamente fundamental, para uma formação integral, por muito daquilo que tinha dado a Braga, a Guimarães, ao Minho, uma saudação muito amiga, muito franca, muito fraterna, porque era, de facto, um extraordinário exemplo, um dos melhores exemplos que tinham em Braga, um dos melhores exemplos que tinham no país e que merecia da parte de todos uma votação como aquela e uma unanimidade tão entusiástica

em relação a uma matéria que a si, particularmente, o deixava muito feliz. Interveio, depois, o Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ORLANDO TRAVASSOS FREITAS ALCAIDE, para, noutra Declaração de Voto, dizer que não podia, por variadas ordens de razão, e em nome do Grupo Municipal do PSD, de se associarem, em absoluto, àquele que foi o voto de saudação, ali, enunciado, por parte do Grupo do CDS, quer por razões mais pessoais, por ter sido dirigente da Associação Académica, Presidente do Conselho Fiscal e Jurisdicional da Associação Académica, tendo laço familiares muito profundos com a Associação Académica e com a Universidade do Minho. Conhecia, perfeitamente, aquele que era o trabalho da Universidade do Minho, da Associação Académica, dos serviços de Ação Social. Era um trabalho de imenso mérito e que tinha os seus resultados à vista. E, portanto, o Grupo Municipal do PSD associava-se àquele voto, com um imenso louvor à Universidade do Minho, à Associação Académica, aos Serviços de Ação Social, com a certeza que continuariam aquele trabalho, que tão fundamental tinha sido, para a Universidade, mas, também, para as cidades de Braga e de Guimarães. A palavra foi dada ao Sr. Deputado do P.P.M., MÁRIO MANUEL GONÇALVES RODRIGUES, para proceder à apresentação de um Voto de Louvor, que referia: “Entre oito e catorze de setembro do presente ano, realizou-se na Letónia, em Riga, o primeiro Campeonato Europeu de Futsal Sub dezanove, campeonato para o qual a Seleção de Portugal se apurou e onde se destacou, pelo brilhante desempenho desportivo, prestigiando o nome de PORTUGAL! Três dos catorze selecionados são atletas do SCBraga/AAUM FutSal, a saber: Ricardo Lopes, Tomás Reis e Gustavo Rodrigues. Mais, integra a equipa técnica desta Seleção o treinador de guarda-redes, Pedro Palas, professor de Educação Física, na Escola Secundária Carlos Amarante, da nossa Cidade. Tendo em conta a

prestimosa participação da Alma Bracarense a um tão alto nível desportivo internacional, todos nos devemos sentir orgulhosos e, assim, entendemos que Atletas e Técnico são merecedores do agradecimento desta Assembleia. Nesse sentido, esta Assembleia Municipal reunida no dia dezoito de outubro de dois mil e dezanove aprova um Voto de Louvor pelo brilhante desempenho obtido".

*Posto à votação foi o presente voto de louvor **aprovado por unanimidade.** O **SR. PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE, FRANCISCO MANUEL PEREIRA DA SILVA,** tomou o uso da palavra para apresentar uma **Recomendação**, do seguinte teor: "De acordo com o publicado no site da DGS (Direção-Geral de Saúde) "Desde dois mil e onze que estava confirmada a presença da vespa velutina em Portugal, espécie não-indígena, predadora da abelha europeia. Os primeiros ninhos e avistamentos do inseto foram confirmados nos distritos de Braga e Viana do Castelo e, desde então, tem-se assistido a uma progressão gradual da área afetada no território nacional." Ainda de acordo com a DGS, "a vespa velutina instala-se sobretudo em áreas urbanas e periurbanas. Por tratar-se de uma espécie carnívora e predadora de abelhas, configura uma ameaça à sustentabilidade da apicultura em território nacional, com eventuais consequências diretas na produção de mel e produtos relacionados, assim como na produção agrícola, por via da diminuição da polinização vegetal, ponderada a importância das abelhas melíferas nesta relevante função biológica. Constitui também um risco para as populações. «No caso de sentirem os ninhos ameaçados, reagem de modo bastante agressivo, incluindo perseguições até algumas centenas de metros. O tratamento da picada requer os cuidados habituais para picada deste tipo de insetos». Em dois mil e dezassete foi criada a Comissão de Acompanhamento para a Vigilância, Prevenção e Controlo da*

Vespa velutina, que elaborou um plano nacional. Em dois mil e dezoito, o Plano de Ação para a Vigilância e Controlo da Vespa velutina em Portugal foi revisto e atualizado (este é o plano que se atualmente encontra em vigor). Tendo em conta esse plano, as Câmaras Municipais participam na gestão da informação, vigilância passiva, vigilância ativa, formação, divulgação e monitorização, coordenando o processo de controlo e destruição dos ninhos. Em Braga, a destruição dos ninhos está a cargo dos Bombeiros Sapadores que, dadas as suas inúmeras tarefas e funções, não têm conseguido corresponder com a celeridade e meios necessários para debelar esta terrível infestação. A afetação deste serviço aos Bombeiros Sapadores de Braga poderá pôr em risco a execução de outros serviços mais urgentes, como o salvação e socorro de pessoas. Assim, os membros da Assembleia Municipal, eleitos pelo Partido Socialista, recomendam à Câmara Municipal de Braga que: Um - Reforcem os meios humanos e logísticos de combate e controlo da Vespa Velutina, recorrendo, se necessário, a empresas da especialidade; Dois - Tendo em conta o elevado risco ecológico que representa para a saúde pública e também para economia, seja elaborado um Plano Municipal de Combate à Vespa Velutina, caso não exista; Três - Como medida primária, seja implementada uma rede de armadilhas dispersas por todas as localidades do concelho, no próximo ano, entre os inícios dos meses de março e meados de junho, período em que estas vespas saem da sua hibernação”. O primeiro ninho de vespas apareceu em Real há alguns anos. Na altura, os Bombeiros tiveram que chamar os colegas de Vila Verde, para resolver a situação. Neste momento, aquilo que tinha sentido, não sabia se os seus colegas também o tinham sentido, o problema era que por mais que os Bombeiros quisessem, não tinham uma capacidade de resposta célere para resolver aquele problema, que pensava ter que ser resolvido o quanto antes. A este propósito

registou-se a intervenção do Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA, para dizer que tinha consciência que aquele era um problema delicado e difícil e, sobretudo, porque teve uma experiência pessoal, que reforçava aquilo que disse o Sr. Presidente da Junta. Perto do sítio onde residia, houve a deteção de um ninho. Houve a participação à Junta e aos Bombeiros. A Junta, depois, participou aos Bombeiros e estes faziam a identificação durante o dia e, normalmente, iam à noite fazer a queimada com ou sem meios adicionais e com agendamento, no caso de ser em casa de particular. Teve a oportunidade de conversar com eles sobre isso e confessaram que, de facto, as solicitações eram mais que muitas e que muitas vezes tinham cruzamentos de responsabilidades, que lhes trazia dificuldades acrescidas e não lhes dava a possibilidade de responder aos agendamentos com a celeridade que era desejável pelas populações, mesmo tendo em conta, que iam fazendo uma gestão de prioridades, dando prioridade àqueles que estavam junto de escolas, conjuntos habitacionais e tudo o mais. Perguntou-lhes da sensibilidade que tinham, o que achavam, no fundo, da forma de retificar aquela situação e eles deixaram duas sugestões: uma primeira, que era a possibilidade de criar um corpo mínimo especializado na área, que faria isso de manhã até à noite, no fundo era uma espécie de uma pequenina unidade dos bombeiros. Essa era uma hipótese, mas com a hipótese de terem, na mesma, outras funções, não ficando, exclusivamente, a fazer isso. Mas, havendo matéria, estariam a trabalhar nessa área. Ou a possibilidade de utilizarem empresas especializadas a quem, seria afeto o abate. Aquela era uma questão séria. Era uma questão que tinha que ser tratada. A existência de um plano e a reflexão sobre a matéria julgava ser avisado e era, sobretudo, uma forma de acautelarem os interesses das populações e riscos maiores. Por isso, naturalmente, iriam votar favoravelmente a

recomendação, deixando na Câmara a responsabilidade de agilizar aquela problemática da melhor forma, contemplando as sugestões que, ali, foram apresentadas. Posta à votação foi a presente recomendação **aprovada com quatro abstenções da C.D.U.** Interveio o **Sr. Deputado da C.D.U., MARCOS MANUEL DA SILVA COUTO OLIVEIRA**, para numa **Declaração de Voto**, revelar que o Grupo da CDU optou por se abster, relativamente àquele assunto, porque tinham, ainda, bastantes dúvidas, em relação à privatização daqueles serviços, quando queriam que estes deviam ser dotados de maior reforço de fundos municipais, para o combate àquela praga e não passar isso para o domínio privado. Era nesse sentido que ia a abstenção da CDU. Foi, depois, presente um **Voto de Recomendação**, pelo **Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO**, que dizia: “Este mês de setembro ficou marcado, em Braga, pela morte de mais uma vítima de violência doméstica, a Gabriela Monteiro! O crime aconteceu a escassos metros de uma esquadra da PSP na Zona do Tribunal de Braga Foi a vigésima sexta vítima mortal a nível Nacional, sendo que o Distrito de Braga é responsável por vinte por cento dessas mortes. A sociedade Civil bracarense, em choque, organizou uma vigília que reuniu milhares de pessoas para exigir que se faça mais e melhor no combate a este flagelo! Uns dias mais tarde, o Arcebispo de Braga, D. Jorge Ortiga, colocou também o dedo na ferida ao referir que acredita mais na formação e educação, em detrimento de uma regulamentação da Lei. Referiu também que é necessário trabalhar a sociedade para fazer desaparecer esses casos de violência doméstica! Também este mês, sobre outra problemática igualmente grave, o Papa Francisco colocou na praça de São Pedro no Vaticano uma escultura que retratava "um grupo de migrantes e refugiados, provenientes de diferentes contextos culturais, raciais e temporais, colocados lado a lado,

*ombro a ombro numa espécie de balsa e com os rostos marcados pelo drama da fuga, do perigo e do futuro incerto. No meio dessa multidão de refugiados, sobressaem as asas de um anjo, como que sugerindo uma presença sagrada e protetora entre eles. Ora, considera o PPM que este exemplo da utilização da arte como forma de alerta poderia ser utilizado para chamar à atenção da problemática da Violência Doméstica! Assim sendo, o PPM propõe que a Assembleia Municipal de Braga, reunida no dia dezoito de outubro de dois mil e dezanove, recomende ao Executivo Municipal que encete os esforços de unir o Governo, a Igreja, a Sociedade Civil e Outras forças vivas em torno do desafio de erigir na Praça do Tribunal de Braga uma escultura que nos sensibilize, nos faça refletir e quiçá nos choque sobre a temática da Violência Domestica para que não fiquem esquecidas as Gabrielas e os Gabrieis deste Mundo!”. Posto à votação foi o presente voto de recomendação **aprovado com os votos contra do B.E.**. Interveio o Sr. Deputado do B.E., **ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, para apresentar uma **Declaração de Voto**, em que justificava que o seu voto contra não significava que todas as armas que pudessem ser utilizadas sobre essa praga, o fossem de facto. O que não acreditavam era que fossem falsos moralismos que resolvessem o problema. E duvidavam muito, inclusivamente, do papel que a igreja tinha tomado nessa matéria. De facto, se havia alguma entidade que ainda não acordou para aquilo, aliás, refletiu alguma coisa, quando há alguns dias foi assassinada uma freira, porque se morresse uma mulher freira era uma santa, mas qualquer outra mulher que morresse era tudo menos santa. Não estava a desrespeitar ninguém. Limitava-se a emitir uma opinião. Também não estava à espera que os Senhores Deputados estivessem todos de acordo consigo. Essa era a sua leitura e, portanto, votaram contra, porque entendiam que não era com estátuas às vítimas,*

*não era com falsos moralismos que se resolvia aquele grave problema. Aliás, já tinham, ali, feito uma intervenção nesse sentido e pensava que o que lá estava refletido era o que tinha que ser feito. Passou depois a usar da palavra o Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES, para proceder à apresentação de uma **Declaração Política** do seguinte teor: "Foi há seis anos que começámos um caminho de profunda mudança no concelho. Após décadas ininterruptas de um caminho de um homem só, de políticas repetidas e do notório esvaziamento de ideias do Partido Socialista, os bracarenses decidiram, massivamente, dar um voto de confiança a quem se apresentava para fazer diferente. Não se tratou, porém, de um ato de fé, pois a relação que, durante vários anos, se estabeleceu entre Ricardo Rio e os eleitores assentou em pressupostos muito claros. Numa simbiose quase economicista, os bracarenses procuravam um caminho alternativo, um rumo distinto que mostrasse ao país e ao mundo que Braga não foge da ribalta, não tem medo de se comparar com os melhores e tem muito para oferecer a quem a procura. Do lado da oferta, Ricardo Rio assumiu, desde sempre, ao que vinha, querendo justamente afastar a tenebrosa escuridão que cobria o nome do concelho. Tantas vezes por entre suspeitas de políticas públicas erradas e opções ruinosas, algumas delas a roçar o criminoso. A Coligação Juntos por Braga nasceu, assim, como um projeto agregador e positivo. Pouco interessava quem combatíamos, pois, o foco era saber por quem combatíamos e com que armas o fazíamos. E foi claro para a população que era por ela que lutávamos. Era por ela que íamos repetidamente à luta, saindo derrotados de várias eleições, mas com a convicção de que a força dos números não era sinónimo da força das ideias. Sabíamos, como sabemos, que o programa estava certo, que a filosofia de abertura e transparência do poder autárquico era a única que fazia sentido e que o líder desse projeto só podia ser*

um. Julgo que Braga exigiu que demonstrássemos que confiávamos e apoiávamos irrevogavelmente o rosto da mudança. Já não chegava a lógica do candidato chiclet, do usa, perde e deita fora. Foi esse teste, duro, mas leal, que Braga nos colocou que tornou este projeto tão sólido. O apoio repetido em Ricardo Rio deu a justa medida do nosso comprometimento com uma solução credível e duradoura para Braga. Hoje podemos dizer que valeu a pena. O muito que se alcançou, se mais não se fizesse até ao final do mandato, era já bastante para confirmar que a mudança operada em dois mil e treze foi verdadeiramente revolucionária. Se hoje perguntassem a qualquer bracarense se queria voltar atrás, não tenho a mínima dúvida que a resposta seria um rotundo não. E não se trata de ingratidão. Trata-se apenas da reafirmação de que o projeto político encabeçado por Mesquita Machado e pelo PS teve um tempo e que esse tempo é o do passado. Ao longo destes seis anos não faltaram medidas icónicas e mobilizadoras. Para além de questões mediáticas como a reversão do negócio ruinoso das Convertidas, em que se recuperaram três milhões de euros para o erário público, a preocupação com a qualidade de vida de todos foi uma constante. A oferta dos manuais escolares, de forma generalizada, foi não só inovadora no contexto local, como levou a que o Estado central adotasse essa medida e a alargasse a todo o território nacional. A consciência social do município alargou-se a domínios impensáveis, como o da saúde oral, tendo, também aí, granjeado o reconhecimento da população e a admiração de vários concelhos pelo país que, entretanto, tentam replicar o Braga a Sorrir. No domínio cultural, foi possível reabilitar nomes esquecidos como Salgado Zenha e recuperar a memória de figuras gratas como André Soares. Ao mesmo tempo, as manifestações de cultura popular, com o São João à cabeça, receberam uma injeção de dinamismo e atualidade, sem que se tenha perdido a nota fundamental

de autenticidade e ligação à população. E nem mesmo os símbolos mais autênticos do braguismo militante, como o cavaquinho ou a viola braguesa, foram esquecidos por esta onda de valorização das tradições locais. No quadro das políticas macroscópicas, de grande alcance, a revisão do PDM mereceu protagonismo central. A segunda revisão do plano diretor municipal está já em curso e revelará seguramente uma preocupação redobrada com a mobilidade no concelho. No plano económico, a evolução dos índices das exportações são o corolário óbvio de um percurso que reforçou Braga como capital de distrito na recuperação de emprego, no crescimento da economia e na atração de investimento. Esta marca é factual e, como temos dito repetidamente, perpassou governos de diferentes cores e ultrapassou médias regionais e nacionais, o que só pode demonstrar a singularidade do sucesso das políticas municipais. Para isso não se pode deixar de louvar o papel da InvestBraga, nas suas novas vestes de dinamizador económico. Como é justo salientar a qualidade do espaço onde nos encontramos, agora capaz de acolher feiras e eventos internacionais de nível superior. Também aqui já não temos motivos para nos envergonharmos. Na relação com as juntas de freguesia, o marco da delegação de competências simbolizou o estreitar de uma relação política mais solidária. A anunciada revisão e reforço desta relação com o poder local mais próximo dos cidadãos reflete a avaliação muito positiva do que até aqui foi conseguido. A delegação de competências de segunda geração aumentará o perímetro de atribuições de todas as freguesias, aplicando o princípio da subsidiariedade da forma mais concreta possível. No campo social, para lá de todos os descontos e bonificações para famílias numerosas e população idosa, a reabilitação dos bairros sociais traduz uma preocupação indispensável com a dignidade da vida de todos os bracarenses. Talvez os milhões de euros que sobraram para projetos

megalómanos, no passado, pudessem ter sido mobilizados para a valorização da habitação dos mais necessitados, mas infelizmente, até dois mil e treze, as prioridades foram outras. No desporto e lazer, o novo complexo da rodovia concretiza, de um modo muito gráfico e feliz, o que seria um concelho projetado pelo atual executivo. Um espaço moderno, funcional, sem desperdício, onde impera a lógica da promoção da atividade física e da fruição dos espaços públicos. Que pena termos chegado tão tarde, lamentarão muito bracarenses. Para além do que já foi cumprido, outro tanto está em vias de ser concluído. A pousada da juventude, mais um "tesourinho deprimente" do estado central, vai reabrir brevemente, pronta para albergar turistas com condições de conforto referenciais. Do lado das infraestruturas, o Mercado Municipal será mais um vetor da atividade económica que demonstrará como casar a tradição com a modernidade, reabilitando a centralidade daquele espaço e redobrando o apelo do comércio tradicional. Os senhores aqui lembrar-se-ão da utopia das Sete Fontes. O parque Eco monumental, cuja concretização depende da correção do erro histórico e estratégico do PS, que, no PDM de dois mil e um, conferiu capacidade construtiva àqueles terrenos. Num processo difícil, mas real, o executivo prepara-se para acordar, com os primeiros proprietários, a devolução à cidade de um património ímpar. Há, todavia, muito que está por fazer. Aliás, numa iniciativa porventura impensável no quadro político português, a Coligação Juntos por Braga disponibilizou uma ferramenta simples de acompanhamento da evolução do cumprimento do seu programa eleitoral. A transparência é tal que até mostramos, sem filtros, o que ainda não fizemos. Mas a nossa política nunca foi a do encobrimento, a da negação ou da fantasia. O contrato que firmámos, em dois mil e treze, com os bracarenses tinha inscrito, a letras gordas, uma regra básica de confiança mútua e é assim que continuaremos

a estar. Estamos a meio de um ciclo que desenhámos para três mandatos e encontramos-nos a meio do segundo desses três mandatos. A perfeição geométrica da fase em que estamos não afasta a imperfeição dos desafios que ainda se colocam. Em boa verdade, se atentarmos no programa de dois mil e dezassete, não há razão para falar em utopias ou medidas irrealizáveis. Com exceção da Capital Europeia da Cultura, que não depende exclusivamente do município, pouco se pode assinalar como dependente de fatores externos, pelo que está nas nossas mãos cumprir os restantes compromissos com os bracarenses. Isto, claro, se o Estado Central abandonar a irredutibilidade insana que tem demonstrado no dossier da PPP da SGEB. Como temos vindo a fazer, voltamos a apelar aos eleitos do PS nesta Assembleia Municipal e no executivo, bem como aos partidos com representação parlamentar e influência na geringonça formal, informal, orgânica ou inorgânica, real ou virtual que suporta o governo da nação, que se empenhem em chamar à razão os responsáveis do ministério das finanças. Talvez a recente despromoção dessa pasta, no conjunto dos dezanove ministérios agora existentes, possa concorrer para uma renovada esperança da dissolução da SGEB e para a imprescindível poupança de milhões de euros dos cofres da autarquia. De outra forma, mantendo-se a impossibilidade de o município internalizar os custos inerentes a essa parceria, a utopia seguramente se transformará numa distopia muito negativa para todos os portugueses. Uma última nota para o desafio evidente do trânsito, agora que é cada vez mais notória a intensificação da circulação automóvel nas principais vias do concelho. É certo que a responsabilidade pela insuficiência da rede viária local não cabe a este executivo. Como é certo que medidas paliativas, e já anunciadas, como a intervenção no nó de Inflas não vão resolver o problema de fundo. É por isso reconfortante saber que o executivo está a trabalhar numa lógica mais holística,

*mobilizando os vários pelouros potencialmente envolvidos na solução multidisciplinar que se exige. Saber que a revisão do PDM acontece num momento em que o plano de mobilidade, encomendado pela autarquia a peritos reconhecidos, se encontra numa fase avançada é motivo de satisfação. Poder fazer jogar um com o outro e compatibilizar as diferentes visões existentes permitirá assegurar que as ações previstas nesse plano poderão ser integradas no novo PDM. Como é também motivo de confiança verificar que os TUB estão a ser integrados nesta discussão. Só assim se poderá gizar uma estratégia de médio/longo prazo com efeitos positivos quer no trânsito, quer no ambiente. É esta visão lúcida, consciente, mas atuante que nos permite acompanhar, com redobrado entusiasmo, ainda que sem prescindir de um sentido crítico apurado, o trabalho dedicado que diariamente Ricardo Rio e a sua equipa oferecem à causa pública. Costuma dizer-se que no meio está a virtude. Se assim é, no meio do meio estará a melhor ou maior virtude. Da nossa parte, a crença, porém é outra. A crença é a de que o melhor ainda está para vir. É nisso que estamos confiantes e é dessa premissa que partimos para continuar a trabalhar por Braga”. Seguiu-se a intervenção da Sr^a. **Deputada do P.S., PAULA JULIETA RAMADA FERREIRA CAMELO**, para, noutra **Declaração Política**, destacar que:”
Nunca é demais recordar que a violência doméstica é um dos maiores flagelos da nossa sociedade no que respeita à violação dos direitos humanos. A violência doméstica representa mais de oitenta e cinco por cento dos crimes registados no concelho, segundo dados disponíveis na APAV. O diagnóstico qualitativo na identificação de problemáticas prioritárias de intervenção, feito pelo município, identifica a primeira problemática como sendo a da violência doméstica, no que respeita à falta de respostas imediatas de acolhimento. A Comissão dos Assuntos Sociais e Saúde desta Assembleia Municipal no seu plano de ação elegeu a*

Violência Doméstica como sendo a primeira problemática a ser considerada, na sua incidência concelhia. Em relatório apresentado no início do ano corrente, considerou como traços de estratégia coordenada três níveis: Um - Prevenção com intencionalidade ativa; Dois - Apoio no Atendimento, Acolhimento e Integração das vítimas; Três - Intervenções ajustadas junto dos agressores O Partido Socialista não se alheia da sua participação, tal como o fez no passado. De dois mil e cinco a dois mil e treze, como executivo, criou Centros de Informação e Acompanhamento a Vítimas de Violência Doméstica, estabeleceu uma matriz de encaminhamento intersectorial e integrada em parceria com as Juntas de Freguesia, construiu um Guia de Recursos e colocou em funcionamento uma rede local, onde todos e todas desempenhavam um papel de parceiros ativos. Também, percebendo que o acolhimento de emergência se tornava numa necessidade, valendo uma atenção especializada, foi possível apresentar um projeto e uma candidatura aprovada e financiada, através da Bragahabit E.M, e que mais tarde, deu origem à criação de apartamentos de inserção. Porque estas medidas de política local exigem continuidade e avaliação na sua execução, urge tomar medidas e intervir em rede, exigindo um compromisso das organizações, dos políticos, dos profissionais e das pessoas. Cada vez mais, há consciência de que, todos somos essenciais neste combate. Importa intensificar o papel dos municípios na prevenção e combate à violência doméstica e de género, com enfoque no papel das redes locais e regionais. A Carta de Compromisso assinada em vinte e nove de maio de dois mil e dezoito pelo atual executivo, esse maior compromisso, que iniciativas locais tem desenvolvido? Como compromete as Comissões Sociais de Freguesia e Interfreguesias? De entre as nove recomendações feitas ao executivo, pela Comissão de Assuntos Sociais e Saúde, em fevereiro do ano corrente, a Estratégia concelhia na área da Igualdade de

*Género, prevenção, mas também no combate à Violência Doméstica e Apoio às Vítimas, está definida? Só com medidas de atuação e proteção será possível combater este problema. O município, enquanto entidade promotora e responsável, deve alargar as ações, para além das duas definidas, nos lugares trinta e dois e trinta e três, na Braga Estratégia vinte e um do Plano de Desenvolvimento Social dois mil e dezasseis-dois mil e vinte e um”. Depois, foi a vez do Sr. Deputado da C.D.U., **JOÃO JORGE FERREIRA BAPTISTA** apresentar uma outra **Declaração Política**, que mencionava: “Cumprimos há pouco a meta de meio do mandato, e de cerca de seis anos de maioria PSD/CDS à frente dos destinos da cidade. Foram, infelizmente, seis anos pouco surpreendentes. Desde o primeiro minuto afirmámos que era mais o que os aproximava do PS de Mesquita Machado que aquilo que os separava. Na realidade, o que queríamos dizer é que em sùmula, em aspetos centrais da gestão municipal, eram iguais. Distinguia-vos um maior polimento, uma patine mais urbana, uma camada de verniz mais espessa e recente. Volvidos estes anos a patine esvai-se e o verniz estala revelando a sua verdadeira natureza. Em muito pouco tempo passámos de uma reivindicação de transparência e envolvimento das populações nas decisões para a farsa da discussão pública, de que a apresentação e discussão do projeto da Rua Nova de Santa Cruz no dia anterior ao arranque das obras é exemplo ou, ainda mais gritante, a escusa permanente em considerar as propostas do associativismo para a fábrica Confiança. Passámos de uma cidade saturada de betão e asfalto para uma cidade onde sem pudor se subtrai um espaço verde previsto no PDM para dar lugar ao parque de estacionamento de uma superfície comercial e isso é normal e inevitável. A Quinta das Portas é disso um bom exemplo. Passámos da denúncia de uma cidade sem verde e sem árvores, para uma cidade em que as árvores são cortadas*

em catadupa, sem reposição, e onde se decide abater as poucas plantadas para dar lugar a um ginásio privado numa das áreas mais densas e impermeabilizadas da cidade e isso é obviamente normal e sinónimo de boa gestão municipal. Uma nota: este processo é bem revelador da falta de estratégia para a arborização e também para o desenvolvimento da cidade e da natureza avulsa e casuística das medidas. São boas para criar parangonas, mas inconsequentes. Passámos da reivindicação de uns serviços eficientes para toda a população e de lisura nos processos, para uma cidade onde uns vêm os seus processos despachados em tempos record e isso é tão só eficiência e boa gestão. Aqui, a Quinta das Portas volta a ser um bom exemplo, com a impressionante rapidez do processo. Passámos de uma cidade que despreza e destrói o seu património, para uma em que o património não pode travar o progresso, ainda que seja este mesmo património razão do seu progresso. São disso exemplos as intervenções no centro histórico em que mal se preservam as fachadas ou os hotéis desproporcionados para a envolvente, que descaracterizam e fazem perigar património classificado, como no caso das Convertidas. Passámos de uma cidade na mão dos empreiteiros, para uma cidade que se ajoelha aos vários interesses privados, onde os interesses destes são preferidos aos da cidade (o interesse público é algo que todos nós fomos eleitos para defender). São disso exemplos a (outra vez) Quinta das Portas, o Continente da rua vinte e cinco de Abril, os terrenos da rodovia ou a fábrica Confiança. Passámos de uma governação obscura, obviamente marcada por negócios menos claros e justas investigações judiciais que significavam tudo e mais alguma coisa, para uma onde se passa o mesmo, mas agora diz-se que é injusto e que se faz apenas por maldade. Passámos de um executivo que se preocupava apenas com o circo para entreter e com o cacique, para um outro que leva isso ao extremo. Para o exemplificar não é necessário

referir as várias festas e festinhas, basta expor o carinho com que o executivo de Ricardo Rio, mais que apadrinha, perfilha os arraiais na Malafaia (mais que icónico evento do Mesquitismo). Desde a primeira hora que sabíamos que pouco ou nada mudaria, apesar de há décadas que não vemos a mudança a parar. Sabemos e orgulhamo-nos do lado em que estivemos no passado. Sabemos e orgulhamo-nos do lado em que estivemos em todos os exemplos citados. Sabemos bem onde queremos estar no presente e no futuro: na exigência e na construção de, mais que uma encenação de mudança, de uma rutura com as práticas e políticas poeirentas do passado”. Seguiu-se outra **Declaração Política**, agora, através do **Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., JOÃO MIGUEL RIBEIRO LEMOS DE MEDEIROS**, que, inicialmente, felicitava todos os Bracarenses recentemente, eleitos à Assembleia da República, no último dia seis de outubro, independentemente das bancadas que representavam. Disse, depois que “o Grupo da Bancada do CDS-PP, ao abrigo do artigo trigésimo sexto do Regimento da Assembleia Municipal de Braga, procede à declaração política atinente ao resultado das últimas eleições legislativas. No passado dia seis de outubro ficamos a conhecer uma nova legislatura. Fomos chamados às umas para escolher aqueles que queremos que nos representem na "Casa da Democracia". Consideramos que a vida política nacional e local deve ser trazida para os fóruns representativos da polis e dos seus cidadãos. Nesta medida, cumpre-nos levar a cabo uma reflexão aos resultados, tendo bem presente a clara mensagem deixada pelos eleitores do Distrito e, particularmente, do Concelho de Braga. O primeiro ponto de análise prende-se com o nível de abstenção. Apesar dos números obtidos a nível distrital serem inferiores à média nacional, não deixam de ser preocupantes. Há vozes que se questionam sobre se poderá o voto obrigatório reduzir os níveis da abstenção em Portugal ou que efeito terá, por

exemplo, a existência de diferentes eleições no mesmo dia. São questões de fundo que podem, por ventura, contornar este facto. Todavia, parece-nos que a abstenção se combate com a realização de um trabalho de proximidade com os eleitores. Essa proximidade só se alcança quando estamos ao lado do nosso território, quando nos envolvemos com a comunidade e damos respostas eficientes às suas inseguranças e problemáticas. É certo que temos vindo a ser confrontados com a abstenção e que pouco ou nada se tem feito para contrariar este cenário. Urge que se tome consciência de um fenómeno que não é bom para a saúde democrática do país. O segundo ponto de análise concerne ao resultado do CDS-PP que ficou muito aquém das expectativas vaticinadas para estas legislativas. A Direção Nacional do CDS-PP adotou uma estratégia que, na perspectiva da Concelhia de Braga não foi a mais correta nem respeitadora da vontade dos eleitores do território. O CDS-PP de Braga, através da sua Concelhia Política e por via da apresentação de uma moção aprovada em Plenário Concelhio com mais de noventa por cento dos filiados presentes, tentou evitar que a estratégia mal delineada por Lisboa avançasse, mas a escolha do partido prevaleceu e o resultado está à vista. Dado os resultados, constatamos que a nossa democracia se defronta com sérios défices de representação, podendo estar em causa a sua sustentabilidade. É por via desta sustentação e pela defesa dos interesses do território que a Concelhia Política de Braga entende que o CDS-PP deve seguir pelo caminho do pluralismo e abertura contra o "unanimismo acrítico", pela modernização das estruturas e transparência de processos. Nesta senda, não podíamos anuir ao critério reduzido à dimensão nacional. E prova desta proximidade e fruto desta Coligação vencedora desde dois mil e treze, a participação em massa dos bracarenses no jantar onde se celebraram seis anos de trabalho da Coligação "Juntos por Braga". Através da

*sua presença vincada, os cidadãos mostraram que acreditam numa equipa que trabalha diariamente por Braga com a aspiração de potenciar cada vez mais o concelho, dando qualidade de vida aos locais e a todos os que escolhem Braga como cidade de acolhimento. No dia onze de outubro tivemos a certeza de que esta Coligação vai além da cor política. Este é um projeto constituído por pessoas cujas preocupações e trabalho se centram no que realmente importa: o compromisso com Braga e a sua população, na certeza de que só assim é possível fazer a diferença”. O Sr. Deputado do P.S., JOSÉ EDUARDO GOUVEIA DA SILVA PINHEIRO interveio para, inicialmente, salientar que as declarações políticas não tinham direito a resposta, com muita pena sua, dirigindo-se ao Sr. Deputado João Marques, mas o que era certo era que depois da efabulação que, ali, foi dita, o PS tinha, também, um retrato sobre algumas das realidades da cidade que não iam tão de encontro assim àquilo que foi dito pelo mesmo Deputado. Queria, também, aproveitar para saudar os Bracarenses que foram às urnas no último fim de semana. Era importante relembrar que a taxa de abstenção em Braga foi relativamente mais baixa que no resto do país. Era importante relembrar, também, que a intenção de voto em partidos considerados populistas ou radicais foi em Braga mais baixa que no resto do país. Isso acrescia as responsabilidades que, enquanto representantes do eleitorado Bracarense, tinham no cumprimento das suas tarefas. Aproveitava para desejar as maiores felicidades à Senhora Deputada Municipal Alexandra Vieira, que foi eleita pelo Bloco de Esquerda, ao meso tempo que o Partido Socialista saudava o Senhor Deputado Municipal Hugo Soares e a Senhora Deputada Municipal Carla Cruz pelos serviços prestados à democracia Bracarense, em nome dos nossos eleitores. Passando, depois, à apresentação da **Declaração Política**, salientou que: “Agora que está encerrado o ciclo eleitoral das Eleições Legislativas*

estamos todos concentrados para a reflexão sobre o que queremos para Braga no futuro. Braga, nestes últimos quarenta anos, foi uma das cidades que mais cresceu em Portugal, quanto ao número de habitantes - sem que esse crescimento quantitativo fosse feito à custa da desertificação do meio rural, porque houve uma aposta com visão de futuro, uma aposta na qualidade de vida do meio rural, travando o seu êxodo para o meio urbano, como aconteceu em outros locais. Reconhecimento este, graça ao trabalho de autarcas de todos os partidos que construíram a cidade de Braga, como hoje a conhecemos, ao contrário de alguns partidos que querem fazer de Braga o seu próprio património. Em termos económicos, os resultados da urbanização foram notáveis em todo o mundo, uma vez que as cidades representam oitenta por cento do Produto Interno Bruto (PIB) global. Veja-se o PIB criado em Portugal no Corredor entre Setúbal e Braga que envolve Lisboa, Aveiro e Porto. Para este crescimento territorialmente coeso em Braga contribuiu essa medida visionária de criar, em mil novecentos e oitenta e dois, os Transportes Urbanos de Braga, os quais assumiram um desafio preponderante de ligar as freguesias rurais e os seus residentes da grande cidade. Depois de uma estreia nacional quando Braga foi a primeira cidade do país que acolheu na sua frota os primeiros autocarros a gás natural, dando o pontapé de saída para a descarbonização do transporte público, os últimos sete anos deveriam ter sido mais capazes de promover uma efetiva alteração do paradigma. Neste capítulo, estamos a entrar no sétimo ano de mandato, e vemos, infelizmente que há dados que são alarmantes do ponto de vista ambiental. Diriam, eventualmente, que era culpa do PS. Na última reunião de Executivo Municipal foi aprovada uma proposta para um financiamento de dez milhões de Euros para aquisição de sete autocarros elétricos e vinte e cinco a gás natural, fazendo a cidade retroceder ao ano dois mil. O Presidente da Câmara Municipal

de Braga diz que lhe falta o apoio do Governo Central para modernizar a frota, argumento aliás a que nos temos habituado. Quando o Estado Central contribui os louros são do Município, quando o Município quer justificar alguma inoperância a culpa já é do Estado Central. Só que desta vez houve um esquecimento na referencia de que o apoio do Estado seria mais considerável se o Município tivesse optado por mais autocarros elétricos. Verificamos que o Sr. Presidente da Câmara ainda há pouco referia que Braga optou pela tração elétrica, não obstante da decisão da compra de seis autocarros usados, matriculados em dois mil e dez e a Diesel. Contudo a realidade da tração elétrica e dos seus benefícios imediatos para a cidade é uma realidade ainda muito distante. Cada dia que passa é cada vez mais notório e visível o aumento do tráfego rodoviário, que congestiona qualquer pequena artéria da cidade. A culpa, já sabiam, que vinha, inevitavelmente, da gestão do PS. O trânsito na cidade está cada vez pior e considerando que o preço dos combustíveis acompanha esta tendência, só resta uma hipótese. Os TUB não estão a ir de encontro às expectativas de todos os Bracarenses. Contudo, nem os TUB nem a Câmara Municipal conseguem ir de encontro às expectativas dos bracarenses em relação à mobilidade. A preocupação com o Nó de Infias é tanta que já nem se sabe do Dossier BRT, nem se sabe do Dossier da Rede Ciclável. A preocupação de trazer os carros para o centro da cidade é tão grande, que até, se esqueciam que o objetivo devia ser vedar. Não só a cidade fica intransitável, como as emissões poluentes se tomam dramáticas em relação à escala da cidade. As emissões de Micropartículas, a concentração dos valores de ozono são preocupantes, além dos valores limite e colocam Braga efetivamente no pódio das cidades mais poluentes e poluídas do país. Em todos estes casos o tráfego rodoviário é o responsável pela ultrapassagem dos valores-limite, pelo que é indispensável a

tomada de medidas para redução das concentrações em causa cuja responsabilidade é fundamentalmente das autarquias das zonas afetadas sendo prioritários a promoção de "modos suaves de mobilidade", como a bicicleta, e os transportes públicos e não continuar a dar primazia ao transporte individual, disfarçando a intenção com poucas medidas de sustentabilidade. Este é um papel da autarquia, das empresas municipais e de todos os bracarenses. Culpar o Estado Central e argumentos de vitimização sobre contas do passado são facilmente refutáveis quando centenas de milhar euros são alocados anualmente a políticas totalmente irrelevantes para a melhoria da qualidade de vida na cidade, deixando, muitas das vezes, a mobilidade em segundo plano, assim como Juntas de Freguesia e autarcas a definhar com atrasos nos pagamentos. Chegados aqui, há mudanças em que podemos pensar e começar a implementar: Braga tem potencialidades enormes de crescimento sustentável e este é o maior desafio a que não podemos fechar os olhos. É urgente definir uma estratégia de descarbonização da cidade com base numa real política de mobilidade sustentada, de melhoria de eficiência energética dos edifícios públicos. A primeira prioridade passa por reprogramar o espaço urbano e utilizá-lo de uma forma multifuncional. A ambição de Braga deve ser a do transporte público e da mobilidade sustentada e não somente uma cidade de automóveis. Braga tem de transformar-se numa Cidade amiga das bicicletas, que podem ser elétricas e partilhadas, de enorme utilidade. Basta começar a desenhar melhor a cidade para elas, a começar nas novas urbanizações e loteamentos, tecendo uma rede favorável e conservada. Finalmente, é urgente pensar em soluções para integrar no meio urbano e nas urbanizações limítrofes com ligações limpas e seguras entre aqueles e outras zonas da cidade. É chegado o tempo de pensar e de agir, em nome do futuro melhor para Braga e os Bracarenses. Este é o tempo ideal. É

o tempo não só da efabulação. É o tempo de cumprir desígnios que foram deixados por um passado, que honra todos os Bracarenses e de por em prática as potencialidades enormes de crescimento e este constitui um desafio a que não podemos fechar os olhos”. Passou-se à apresentação da **ORDEM DE TRABALHOS: PONTO NÚMERO UM – APROVAÇÃO DAS ATAS DO DÉCIMO SEGUNDO MANDATO NÚMEROS DOZE BARRA DOIS MIL E DEZANOVE, DE DEZANOVE DE JULHO E TREZE BARRA DOIS MIL DEZANOVE, DE VINTE E TRÊS DE SETEMBRO.** *Submete-se à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do número dois, do artigo quinquagésimo sétimo, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, as atas do décimo segundo Mandato, números doze barra dois mil e dezanove, referente à sessão ordinária de dezanove de julho e treze barra dois mil e dezanove, respeitante à sessão extraordinária de vinte e três de setembro. Posta à votação a ata número doze, foi a mesma **aprovada com duas abstenções.** Posta à votação a ata número treze, foi a mesma **aprovada com duas abstenções.***

PONTO NÚMERO DOIS – PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA O ANO DE DOIS MIL E VINTE. *Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de dez de setembro do ano em curso, respeitante à fixação da taxa do imposto municipal sobre imóveis, para o ano de dois mil e vinte, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Colocada à discussão, passou a usar da palavra o **Sr. Deputado da C.D.U., MARCOS MANUEL DA SILVA COUTO OLIVEIRA,** que disse: “Em matéria de política fiscal municipal, é apresentada a esta Assembleia um conjunto de propostas por parte do executivo muito na senda daquilo que tem vindo a ser apresentado ao longo dos últimos anos. Amiúde, por*

esta altura do ano já nos habituamos a ler na comunicação social o empolamento dos méritos e virtudes das decisões do Executivo, quanto à política fiscal municipal. Perante isso, a CDU tem vindo a denunciar e desmontar os resultados e números apresentados. Há largos anos que a CDU defende e insiste que a taxa de IMI deve e pode ser mais baixa para os bracarenses. Note-se, que uma redução efetiva da taxa de IMI teria mais impacto nos orçamentos das famílias bracarenses, como abrangeria muitas mais famílias do que aquelas que sentem qualquer diferença com a diminuição na participação variável no IRS. Na verdade, e paradoxalmente, o mesmo Executivo que faz questão de abdicar desta receita proveniente do IRS, em prol de uma diminuição de carga fiscal que mal se sente nos orçamentos familiares e que deixa de fora grande parte das famílias bracarenses, é o mesmo que não abdica de aplicar uma taxa de IMI que, de ano para ano, faz disparar as receitas fiscais. Já agora, no meio desta proposta para o IMI, assistimos à falta de consideração do Executivo Municipal por esta Assembleia (e pelos eleitos dos próprios partidos que o suportam). Na verdade, esta proposta ignora por completo o relatório da Comissão Permanente de Urbanismo, Planeamento, Ambiente, Trânsito e Proteção Civil elaborado na sequência dos incêndios de catorze, quinze e dezasseis de outubro de dois mil e dezassete aqui votado, senão nos enganamos, por unanimidade. Ora, em cerca de três meses o Executivo demonstra cabalmente o que quer fazer deste Relatório: ignorá-lo. De fato a recomendação número catorze do Relatório desta Comissão previa a majoração do valor do IMI, para prédios rústicos abandonados. Será curioso perceber de que forma estão confortáveis os partidos que suportam esta maioria com a falta de importância dada a esta Assembleia e com o desprezo pelo seu trabalho como eleitos (o relatório foi aprovado por unanimidade). Defendemos, por isso, que esta maioria cumpra aquela que era também uma sua

promessa eleitoral e desagrave a política fiscal sobre os cidadãos, nomeadamente no que à taxa de IMI diz respeito, e se mantenha coerente com a imagem que insiste em passar de município socialmente responsável, ao invés de tentar iludir os bracarenses com contas-propaganda quando cada um de nós saberá, e bem, que não sente alívio nenhum nos bolsos por conta da política fiscal de Braga!” Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado do P.S.D., RUI NUNO GONÇALVES MARQUES, em que salientou que: “Os municípios têm a faculdade de, anualmente, fixar a taxa do IMI para prédios urbanos entre os zero vírgula trinta por cento e os zero vírgula quarenta e cinco por cento. O município de Braga tem fixado uma das taxas mais baixas do país ao nível das cidades de dimensão relevante - nos zero vírgula trinta e cinco por cento -, o que reflete a sua opção política clara de apoiar as famílias e aliviar a carga fiscal que sobre elas pende. Tem garantido, também, aos bracarenses uma questão muito importante ao nível da fiscalidade, que é a ESTABILIDADE e PREVISIBILIDADE da taxa a pagar. E isto acontece porque este executivo, e o seu Presidente, honra os seus compromissos políticos. Quanto à graduação da taxa propriamente dita, aquilo que se verifica, é que, regra geral, os municípios que fixam a taxa no patamar mínimo são os municípios de pequena dimensão, onde a receita arrecadada com este imposto é pouco relevante para o orçamento municipal. Não é o caso de Braga, onde, como sabem, o IMI em dois mil e dezoito representou uma receita da ordem dos vinte e quatro milhões de euros, ou seja, quarenta e sete por cento do total das receitas fiscais. Aliás, em cidades de dimensão semelhante à de Braga, ou até dimensão inferior, aquilo que se verifica é o estabelecimento de uma taxa semelhante ou superior à de Braga. Os nossos competidores mais diretos, Guimarães, Famalicão e Barcelos, por exemplo, têm uma taxa igual à de Braga. Mas, se alargarmos a comparação a outras cidades,

verificamos: Porto - zero vírgula trinta e cinco por cento; Maia - zero vírgula trinta e oito por cento; Matosinhos - zero vírgula trinta e oito por cento; Viana do Castelo - zero vírgula trinta e sete por cento; Aveiro - zero vírgula quarenta por cento. Apenas Coimbra e Lisboa dispõe da taxa no patamar mínimo. Porém, em causa, não está apenas a fixação da taxa do IMI, o executivo, propõe também um conjunto de majorações e minorações à taxa, que prevê: Minoração em vinte por cento da taxa para edifícios reabilitados para habitação, nas áreas de reabilitação urbana do Município, incentivando assim a reabilitação urbana, a fixação de população e atração de novos residentes para aquelas áreas; Majoração em trinta por cento da taxa para prédios urbanos degradados, que são aqueles que fazem perigar a segurança de pessoas e bens; Redução da taxa nos prédios urbanos destinados a habitação própria e permanente, atendendo ao número de dependentes do agregado familiar: vinte euros, se um dependente (NOVIDADE); quarenta euros, se dois dependentes e setenta euros, se três ou mais dependentes. Note-se que se a taxa, em Braga, fosse fixada no patamar mínimo, esta decisão implicaria uma diminuição da receita do Município da ordem dos três vírgula cinco milhões de euros, o que limitaria a capacidade do Município de executar outras políticas públicas de promoção da qualidade de vida dos cidadãos. Podemos, e devemos, no entanto, fazer esta análise na perspetiva contrária. Ou seja, quanto é que o Município cobraria a mais, caso fixasse a taxa do IMI no patamar máximo? Cerca de sete milhões de euros a mais! Sete Milhões! Ou seja, o executivo assume uma opção clara de manter uma taxa do IMI relativamente baixa, e muito competitiva ao nível da região e do país, mas sem hipotecar o equilíbrio financeiro das contas do Município, nem a sua capacidade de intervenção noutras áreas de atuação. Revelando grande sentido de responsabilidade, aliado a um projeto político claro e conhecidos dos

Bracarenses e ao cumprimento dos seus compromissos políticos. É isto que os Bracarenses esperam e é isto que os Bracarenses têm assistido”. A palavra foi depois dada ao Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., GONÇALO NUNO LOPES DE CASTRO PIMENTA DE CASTRO, para, por seu turno salientar que: “O CDS - PP sobre a fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis - IMI para o ano de dois mil e vinte, proposta pela Câmara Municipal de Braga, manifesta desde já o seu apoio à mesma. Este executivo municipal tem colocado a ênfase constante no desenvolvimento sustentado das famílias bracarenses, ao manter os benefícios anteriores e a aumentar novos beneficiados, está a dar continuidade à estratégia de redução progressiva da carga fiscal e a diminuição dos valores em impostos retirados às famílias. Esta é uma estratégia sempre defendida pelo CDS-PP. Mantendo as taxas de benefício aos edifícios reabilitados para habitação, promove uma melhor habitação dos atuais residentes e a fixação de novos; assim, este executivo municipal está a dar um sinal inequívoco de promoção à renovação urbana e à melhoria das condições de vida dos seus munícipes. Conservando, também, a majoração aos edifícios degradados, por forma a incentivar os proprietários dos mesmos a reabilitá-los. Com a minoração à taxa em cinquenta por cento para os programas de reabilitação, como o “Encaixa-te”, que promovam a dinamização e humanização do centro histórico, estamos a promover a visão da cidade viva, onde o entusiasmo e a galvanização do mesmo, levará os bracarenses e quem nos visita a conviver e fruir num local único cada vez mais procurado. Vemos a preocupação do Município em estender a redução do IMI aos prédios destinados a habitação própria, às famílias com um dependente a seu cargo, como muito positiva e mais uma vez de diminuição da carga fiscal para elas. O CDS-PP de Braga, mantendo a sua posição sobre esta matéria e num suporte inquestionável à defesa responsável dos interesses da

população do Concelho de Braga e da Autarquia, vota favoravelmente a proposta que o executivo municipal coloca a esta câmara”. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com seis votos contra**. O Sr. Deputado do B.E., **ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, apresentou uma **Declaração de Voto**, justificando porque votaram contra, sendo certo que em anos anteriores o Bloco sempre se bateu, para que as famílias, apenas com um dependente, também beneficiassem de dedução em sede de IMI, queriam saudar essa alteração, sendo certo que não compreendiam como se ia, agora, ali, dizer que era uma boa medida e sempre votaram contra ela no passado. Não via qual era a alteração. A posição era positiva e saudavam-na e saudavam o que era positivo. Dava ideia que quando votaram, votaram porque era uma posição do Bloco, sendo certo, também, quando se dizia que aquela política fixava novos habitantes no centro da cidade, acrescentaria que fixava novos, mais ricos ou estrangeiros, porque os moradores eram corridos, simplesmente, todos os dias. Moradores e comerciantes. Era bom que aquela Assembleia tivesse conhecimento disso. Havia prédios devolutos, que tinham uma carga fiscal muito diminuta relativa aos benefícios. E era bom que aquela Assembleia tivesse essa quantificação. O que significava o benefício e o que significava a redução, para ver o que tinha, de facto, mais peso, sendo certo que, até agora, só tinha estimulado a especulação imobiliária, porque não tinha beneficiado em nada quem morava no centro da cidade ou quem tinha os seus comércios no centro da cidade. **PONTO NÚMERO TRÊS – PROPOSTA DE LANÇAMENTO DE DERRAMA A COBRAR NO ANO DE DOIS MIL E VINTE**. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de dez de setembro do ano em curso, relativa ao lançamento de uma derrama a cobrar no ano de dois mil e vinte, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser

arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada com treze abstenções. PONTO NÚMERO QUATRO – PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) – ANO DE DOIS MIL E VINTE.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de dez de setembro do ano em curso, relativa à participação variável no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), ano de dois mil e vinte, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Neste ponto da ordem de trabalhos usou da palavra o **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, para dizer que a sua intervenção era, para mais uma vez, portanto não era nada de novo, o Bloco já referiu isso, noutros anos, manifestar a sua perplexidade. Não percebia muito bem e por isso se falava muito na gestão privada, era que a gestão privada não dava nada a ninguém. Agora, havia gestores privados que iam para a gestão pública e que dispunha da “res pública”, como se fosse um bem seu. E esse era o problema deste país. Como era que uma Autarquia que não tinha dinheiro para manda cantar um cego, que não espetava um prego nas ruas há não sabia quantos anos, os munícipes queixavam-se, bastava ver as redes sociais, nos jornais não vinha, era muito raro. Não compreendia, aquela medida era puramente eleitoralista, não fazendo sentido nenhum. Não beneficiava as classes mais pobres, porque não pagavam IRS. Era um privilégio para uma classe média, mas era uma coisa que nem sentiam, na qual se incluía. Não sentia, nem sabia quantificar isso, ou seja, nunca reclamaria isso à sua Câmara, porque não sabia quantificar. Mas isso daria, eventualmente, para tapar um buraco. Como se desperdiçava aquela receita, a não ser por uma medida meramente eleitoralista. A campanha, aliás já

viram isso pela intervenção do Sr. Deputado do PSD, para as próximas eleições autárquicas, começava hoje. Interveio de seguida o Sr. Deputado do P.S.D., RUI NUNO GONÇALVES MARQUES, para destacar que: “Os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável, até cinco por cento, do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no seu território. Ou seja, podem estabelecer a sua participação neste Imposto entre os zero por cento e os cinco por cento. Sendo que se fixarem a participação ZERO, significa que prescindem em favor dos contribuintes de cinco por cento do imposto. Se fixarem a participação em quatro por cento como é o caso em apreço, significa que prescindem de um por cento em favor dos contribuintes. Feito este enquadramento, importa fazer uma retrospectiva sobre a política prosseguida pelo Executivo na participação no IRS: Até dois mil e treze, a taxa sempre se fixou nos cinco por cento, ou seja, a autarquia não prescindia de nenhuma percentagem em favor dos contribuintes. Depois da eleição de Ricardo Rio, todos os anos, o executivo tem proposto uma redução da taxa face ao ano anterior. Repito, todos os anos, sem exceção! Para o ano em curso, a taxa proposta é de quatro por cento, estimando-se que esta proposta represente prescindir em favor dos Bracarenses de cerca de setecentos e cinquenta mil euros. Não se pense, no entanto, que esta é uma situação comum, a nível nacional. Porque não é. Dos trezentos e oito municípios portugueses, cento e setenta e quatro (ou seja, cinquenta e seis por cento) aplicaram em dois mil e dezanove a taxa máxima. Apenas oitenta e um (vinte e seis por cento) aplicaram uma taxa inferior a quatro por cento, e, regra geral, são municípios de pequena dimensão onde esta receita é pouco relevante. Em dois mil e dezanove, duzentos e cinquenta e sete municípios (oitenta e quatro por cento) mantiveram ou subiram a sua participação na taxa de IRS. Apenas, cinquenta (dezasseis por cento)

*prossegiram uma estratégia de alívio fiscal, como Braga tem feito ao longo dos últimos seis, sete anos. Do ponto de vista concorrencial, porque, sim, hoje os territórios competem entre si, na atração e fixação de pessoas e empresas, Braga é indubitavelmente um dos concelhos de dimensão relevante mais amigo dos contribuintes, ao nível do IRS, senão vejamos: Concelhos vizinhos: Guimarães, Famalicão, Esposende, Barcelos, Amares, Vila Verde, Terras de Bouro, Vieira do Minho e Póvoa de Lanhoso: cinco por cento. Outras cidades dimensão semelhante: Porto, Aveiro, Viana do Castelo, Coimbra, Leiria, Santarém, Cascais, Sintra: cinco por cento. Sintra e Viseu: quatro por cento. E apenas Lisboa fixa uma taxa de dois e meio por cento. Mas não se pense que é por acaso que Braga tem a atratividade e o dinamismo que tem. É o resultado de um conjunto de políticas municipais que as pessoas reconhecem e valorizam. Ricardo Rio, propôs na campanha de dois mil e treze uma política de alívio fiscal às famílias e cumpriu. Renovou o seu compromisso em dois mil e dezassete, e mais uma vez está a cumprir com aquilo com que se comprometeu. Bem sei que o verbo cumprir é um verbo pouco utilizado na política em Portugal, mas também neste aspeto este executivo está a mudar o paradigma da gestão pública e municipal”. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada com seis votos contra. PONTO NÚMERO CINCO – PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA DOIS MIL E VINTE.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a proposta aprovada na reunião do Executivo Municipal de dez de setembro do ano em curso, relativa à fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para dois mil e vinte, em zero vírgula vinte e cinco por cento, nos termos da alínea ccc), do número um, artigo trigésimo terceiro e nos termos da alínea b), do número um, do artigo vigésimo quinto, da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze*

de setembro e alínea o), do artigo décimo quarto, da Lei setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada com vinte abstenções. PONTO NÚMERO SEIS – RELATÓRIO DE CONTAS SEMESTRAL DO MUNICÍPIO DE BRAGA – DOIS MIL E DEZANOVE (PARA CONHECIMENTO)**. Para conhecimento da Assembleia Municipal, remete-se o Relatório de Contas Semestral de dois mil e dezanove, do Município de Braga, de acordo com o disposto na alínea d), número dois, do artigo septuagésimo sétimo da Lei setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro, que se dá por reproduzido e transcrito e vai ser arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **PONTO NÚMERO SETE – RELATÓRIOS DE GESTÃO E CONTAS DAS EMPRESAS MUNICIPAIS – DOIS MIL E DEZOITO (PARA CONHECIMENTO)**. Para conhecimento da Assembleia Municipal, apresentam-se os Relatórios de Gestão e Contas do ano de dois mil e dezoito das Empresas Municipais: Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.; TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M.; Teatro Circo de Braga, E.M., S.A.; InvestBraga – Agência para a Dinamização Económica, E.M. e AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M., que se dão por reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **PONTO NÚMERO OITO – PROCEDIMENTO PARA FINANCIAMENTO BANCÁRIO PARA AQUISIÇÃO DE NOVOS AUTOCARROS E INFRAESTRUTURAS – CANDIDATURA POSEUR**. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, o procedimento para financiamento bancário, para aquisição de novos autocarros e infraestruturas – candidatura POSEUR, aprovado em reunião do Executivo Municipal de sete de outubro do ano em curso, cujo teor se dá por reproduzida e

transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Aberta a discussão, usou da palavra o Sr. Deputado da C.D.U., JOÃO JORGE FERREIRA BAPTISTA, para referir que: “À semelhança da Assembleia Municipal do pretérito dia dezassete de novembro de dois mil e dezassete, continuamos a reafirmar a necessidade de renovação da frota dos Transportes Urbanos de Braga. A proposta que hoje vem a esta Assembleia, que peca por tardia e escassa, abre a possibilidade de se adquirirem sete autocarros elétricos e vinte e cinco autocarros a gás natural para os TUB. Abstemo-nos neste ponto, por se tratar de um ato de gestão da Câmara Municipal, mas registamos com desagrado que na documentação facultada aos digníssimos membros desta assembleia municipal não tenha sido facultada toda a documentação que suporta este procedimento, nomeadamente o Caderno de Encargos, assim como as condições de financiamento, conforme menciona o parecer do órgão de fiscalização da TUB. Não podemos ainda deixar de denunciar que este procedimento para aquisição de financiamento bancário incluiu uma operação de gestão financeira camuflada. O pedido de financiamento cifra-se nos dez milhões de euros, mas se tivermos em conta que a candidatura do POSEUR - Programa da Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos - já foi aprovada no valor de três vírgula seis milhões de euros, então a TUB necessitaria de um empréstimo apenas no valor de seis vírgula quatro milhões de euros e não dos dez milhões de euros previstos. Não se trata aqui de mostrar oposição à tomada de medidas de gestão financeira. A Câmara Municipal tem o dever de gerir os recursos ao seu dispor da melhor maneira possível, em benefício das populações do concelho. No entanto, para a CDU, a defesa de princípios fundamentais do Estado democrático - como a transparência e o rigor na gestão dos bens públicos - não é algo que se reserve para discursos e exercícios de retórica. Não! Para a

*CDU esses princípios constitucionais devem estar sempre presentes na prática dos representantes dos interesses do povo, algo que manifestamente não aconteceu neste procedimento. Concordamos com a aquisição destas viaturas e valorizamos que finalmente se dê um passo na renovação de uma frota claramente ultrapassada, mas continuamos a clamar por um efetivo aumento do número de autocarros da frota, em sintonia com um reforço do número de motoristas, mecânicos e demais trabalhadores para dar uma resposta eficaz ao crescente aumento da procura dos TUB, conforme foi amplamente propagado pelo Executivo Municipal. Estamos de acordo, note-se, que a autarquia se adapte "aos desafios de transição para uma economia de baixo carbono numa utilização mais eficiente de recursos", citando os objetivos do próprio programa do Portugal vinte vinte. Por fim, deixamos ainda um desafio ao executivo municipal: para quando a implementação dos parques de estacionamento periféricos gratuitos, do tipo "Park & Ride", já há muito implementado noutros países da europa e que retirariam milhares de carros do centro da cidade?" Esta proposta, também, no Executivo de Mesquita Machado caiu por terra, no tempo da Vereação CDU da TUB. Deixava, ainda, uma nota pedagógica, de uns prospetos que levava do Luxemburgo de "Park & Ride", que deixaria no Executivo, na Mesa e entregaria aos líderes das diversas bancadas. Seguiu-se a intervenção do **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, para dizer, sobre aquela matéria, que o trabalho que tinha vindo a ser desenvolvido nos TUB era algo que devia orgulhar a todos. E se não atentassem nalguns resultados de acordo com o fecho de dois mil e dezoito: pelo quinto ano consecutivo um resultado líquido positivo. Um aumento de passageiros transportados, mais dois vírgula trinta e oito por cento, pelo quinto ano consecutivo, com saldo acumulado desde dois mil e catorze de crescimento de*

dezasseis por cento. Isso era notável, se tivessem em linha de conta, que estavam a avançar em contraciclo, em relação àquilo que se passava no país. E já conseguiram, esse desempenho e esses resultados antes de haver as bonificações dos passes e os apoios aos passes. O que significava que o trabalho que estava a ser desenvolvido nos TUB, estava a ser orientado no sentido correto e adequado às necessidades das populações. Aumentou o volume de negócios, resultante do aumento da venda de títulos de transporte, mais dois vírgula trinta e dois por cento e o aumento do volume de alugueres, que subiu vinte e seis vírgula cinquenta e seis por cento. Introduziram-se seis viaturas elétricas e pelo quinto ano consecutivo, sem qualquer aumento tarifário. Repetia, pelo quinto ano consecutivo, sem qualquer aumento tarifário. Alargamento dos descontos nos passes aos estudantes, nos estabelecimentos privados, que passaram a contar com os descontos equivalentes aos estudantes do ensino público. E, por último, um estudo da DECO, que era suficientemente insuspeita, para não estar comprometida, obviamente, com o Executivo, que dava Braga à frente do Porto, de Lisboa, de Coimbra, de Setúbal e de Aveiro, como o sítio que liderava, neste momento, a satisfação dos utilizadores, sendo que não só tinha o melhor resultado, como tinha o resultado de seis ponto três, numa escala de um a dez. Estavam no caminho certo. Havia mais trabalho para fazer, mas, aquele era, de facto, um sinal insofismável de que estavam a ter a adesão das populações e naqueles que autonomamente avaliavam o desempenho e a satisfação das populações, certificavam os bons resultados, daquilo que estava a ser feito nos TUB. Agora, havia um problema. Era que um investimento que não se fez ao longo de anos, uma dívida que se deixou à ADSE por pagar, resultados transitados negativos, não podia ser resolvido num ano, nem em dois, nem em três. E proporem-se renovar a frota, um terço, já até dois mil e vinte, era um

esforço significativo, que, naturalmente, contava com o apoio da medida governamental do POSEUR e solicitarem-se aqueles dez milhões de euros, para adquirir aqueles trinta e dois novos autocarros, era, de facto, um esforço positivo e sério, que ali estava a ser apresentado. E a metodologia, ali, aplicada, era de pedir à Assembleia autorização para contrair um empréstimo. A partir daí os TUB estavam a fazer a consulta ao mercado, para perceber quais eram os parâmetros de preço, para lançar o concurso e consultar as instâncias bancárias. Era o que era habitual. Era o procedimento recomendado. Era aquilo que tinham feito em situações análogas, naquela Assembleia. Mas, a CDU, foi, ali, colocar a questão do empréstimo e da operação financeira. Não tinha que esconder. E a Câmara explicou isso, na reunião com a Vereação. Pediram dez milhões de euros. Havia seis milhões e tal que eram o pagamento efetivo, havia uma participação do Estado, quando ela viesse era descontada e esse valor servia para transformar uma liquidação de tesouraria em financiamento de médio e longo prazo. Isso era positivo, porque reduzia o preço do dinheiro. Estabilizava o financiamento e não estavam sujeitos à oscilação do mercado. Isso era boa gestão. Era poupar dinheiro à instituição e aos munícipes. Isso era correto. Era o que estavam a fazer as empresas do mercado privado. Era tentar assegurar que qualquer instabilidade que houvesse no mercado e nos preços, não viesse a afetar o financiamento por grosso da empresa. E a melhor forma, era, em tempo, conseguir que isso fosse feito num financiamento em resultado da consulta ao mercado. Porque um financiamento de tesouraria, podia, subitamente, tornar-se muito mais caro do que o caro já era. Por isso, também, em relação a essa matéria, os TUB estavam a agir bem e por isso, naturalmente, estavam a proceder como mandavam as boas práticas e essa era a forma correta de gerir uma instituição e salvaguardar os interesses das populações. O Sr. Deputado do

P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA, interveio para referir que estava na ordem do dia e achava ser prioritário o combate às alterações climáticas. Era uma prioridade mundial. Era uma prioridade nacional. E era, também, uma prioridade os municípios. Aliás, na fatura que acompanhava o correio que lhes chegava a casa da Agere, há algum tempo, era dito a todos os munícipes, que a Câmara Municipal de Braga, no combate à poluição e á descarbonização do concelho, iria optar pela tração elétrica. E era aí que residia o essencial daquela que foi a posição do Partido Socialista, relativamente àquela matéria. Era que a opção elétrica passasse, efetivamente, pela aquisição de carros elétricos. Em trinta e dois, mais de setenta e cinco por cento, eram autocarros a gás. Continuavam a ter, apesar de serem menos poluidores, autocarros movidos por combustíveis fósseis. E tinham que fazer opções, percebendo que cada um tinha as suas opções, mas, a verdade, era que a opção do Partido Socialista passava por uma opção de coragem de optarem, definitivamente, pela tração elétrica. Porque não seria nos próximos anos, que os Transportes Urbanos de Braga iriam comprar um número tão significativo de meios de transporte público. E, portanto, só dali a alguns anos era que possivelmente haveria nova aquisição e, até lá, teriam só treze autocarros de tração elétrica, enquanto todos os restantes seriam a gás e muitos deles, ainda, a diesel. Portanto, estava, ali, a grande diferença. E havia momentos em que era preciso ter coragem de fazer opções e essa não foi a sua opção, razão que levou, naturalmente, o Partido Socialista a votar contra na Câmara Municipal e que, também, os levava e obrigava a votar, ali, contra aquela opção. Lembrava que em dois mil, quando se fez a opção pelo gás, como um agente menos poluidor, também foi preciso ter coragem, porque na altura, também, era difícil fazer essa opção, que englobava não só a aquisição de meio de transporte público, mas,

também, de toda uma estrutura, para que eles pudessem ser abastecidos e esse abastecimento pudesse estar disponível e permitisse que esses meios funcionassem sem qualquer percalço. Ainda era menos justificado que aquele número de autocarros a gás fosse adquirido naquela altura, porque, hoje, os avanços tecnológicos, já lhes dizia que a autonomia das baterias elétricas postas ao serviço da locomoção elétrica, era cada vez maior. E se até há um ano, a autonomia máxima era de cerca de trezentos, quatrocentos quilómetros, hoje, já eram possíveis autonomias a partir dos seiscientos quilómetros. E aquele era um processo que iria evoluir mais depressa do que a Câmara Municipal, através dos TUB, iria adquirir novos autocarros. Essa era a razão de ter coragem de no momento certo poder fazer uma opção e uma opção pela tração elétrica. E até poderiam ir mais longe, se dos trinta e dois autocarros, vinte e cinco fossem de tração elétrica e sete de gás, do mal o menos. Percebiam que naquele momento de transição era preciso ter alguns meios que agilizassem e facilitassem muitas vezes aquilo que era o serviço. Mas, daquela forma e em tão pouco tempo, dificilmente, teriam a frota renovada, naquela que era a opção da Câmara, pelo menos, na informação que foi distribuída de fazer uma opção pela tração elétrica. Quanto à questão do empréstimo e sem querer entrar numa polémica que achava ser desnecessária, achava que os empréstimos, e o Sr. Deputado João Granja, enquanto ex-bancário, poderia saber mais daquela matéria, mas a verdade era que quando se fazia um empréstimo, ele tinha um determinado fim, tinha um objetivo e esse objetivo preenchia um determinado valor, para um determinado serviço. Ora, se os TUB, efetivamente, só precisavam de seis milhões e quatrocentos mil euros, porque iriam receber do Estado três milhões e seiscientos mil, não fazia muito sentido que o restante dinheiro fosse gasto naquilo que eram despesas de tesouraria, que tinha que ocorrer ao pagamento de

*serviços que estavam, neste momento, por pagar. Não lhe parecia bem. Não lhe parecia correto. Também não lhe parecia que fosse de boa gestão, porque lhe fazia lembrar aquele que foi o “boom” imobiliário de dois mil e oito, quando alguém ia comprar uma casa, fazia um empréstimo que não era só para a casa, era para o carro, era para férias, era para a mobília e depois viu-se naquilo que deu. Não sabia, também, se seria legal ou não, mas pessoalmente, não lhe parecia correto, por um lado, e não sabia se tinha enquadramento legal, pedir um empréstimo, para um determinado fim, com uma verba muito superior àquele que era o valor em questão. Portanto, aquela era a posição do Partido Socialista, sem querer levantar polémica ou suspeita, mas ficava, também, ali, aquilo que era a sua informação obtida através do jornal, nas palavras, inclusive, do próprio Administrador Executivo dos Transportes Urbanos, explicando que os três vírgula seis milhões de euros, eram para resolver alguns gastos de tesouraria, o que não parecia, sinceramente, correto, porque tanto quanto parecia, havia transferências do Município, para os Transportes Urbanos e, possivelmente, com essas transferências, se calhar por fazer, ainda, poderia resolver parte desses problemas. Voltou a usar da palavra o Sr. Deputado do P.S.D., **JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, para referir que o seu companheiro João Nogueira levantou, ali, duas questões que, pela sua relevância, não podiam ficar sem resposta. E começava com a questão do empréstimo por ser mais fácil e simples. Era uma questão técnica e não tinha dúvidas, era que os autocarros, para serem comprados, era preciso ter o dinheiro. E o dinheiro eram dez milhões. Por isso, pediam-se esses dez milhões, para pagar uma compra de dez milhões, porque a tesouraria não permitia suportar o diferencial, porque funcionava e rolava de forma natural. Vindo a participação, a participação servirá para suprir a tesouraria, mas a*

empresa queria optar na sua gestão, tal como qualquer outra empresa, devia aplicar o dinheiro ou para a tesouraria ou para qualquer outro fim. Se a ideia era liquidar a tesouraria, porque tinha um grande financiamento a médio prazo, isso era boa gestão, porque era a otimização do preço, porque era estabilizar a dívida, era a melhor forma de resolver as coisas. Se a empresa tivesse os dez milhões em caixa, para poder pagar os autocarros e não precisasse, no fundo, ou de endividamento ou se tivesse tesouraria para tudo, encantados, essa opção poderia colocar-se. Mas não, não era isso que se passava. E, por isso, tomar uma decisão daquelas, era de boa gestão, sem margem para dúvida. E quando se tratava de reduzir preço de dinheiro, estabilizar dívida, ganhar conforto e estabilidade, não lhe parecia que houvesse margem para dúvida do que quer que fosse em relação àquela matéria. Em relação ao outro tema, que era, também, um tema muito interessante, porque tinha acompanhado as posições do PS, sobre aquela matéria e, em particular, do Vereador Artur Feio, e diziam-lhes coragem, coragem, diria que isso era um excesso de boa vontade, porque ninguém de boa-fé punha em causa a boa intenção de quem queria só veículos elétricos. E olhava para os a gás, até com algum desprimor, mas o que estava em causa era prudência, boa gestão, informação, para saber o que se fazia no mercado. E até tinha pena que não estivesse, ali, o vosso camarada e membro do governo, José Mendes, pelo menos era independente, que na apresentação do veículo elétrico de Guimarães, foi um caso único, numa intervenção que estava reproduzida na Revista Transportes e Negócios, uma pessoa quando falava daqueles temas, tinha que se preparar, dizia que no POSEUR, que vinha a decorrer desde dezembro de dois mil e catorze, o Estado apoiou, estimulou, dinamizou a combinação veículos elétricos e veículos a gás. E financiaram quinhentos e dezasseis veículos e desses quinhentos e dezasseis, apenas setenta e oito eram elétricos, o que significava que

era o próprio Estado, nos mecanismos de apoio, que criava uma compensação e um equilíbrio, entre aquilo que era a componente gás e a componente elétrica. Tínhamos, hoje, seis veículos elétricos. Era verdade. Eram elétricos de primeira geração. Foi uma aposta de composição estratégica de meios para laborar. Mas, ao fazerem, hoje, aquela aquisição de elétricos, naquela proporção com gás, éramos o município do país, que tinha no bolo, maior componente de elétricos. Tínhamos mais que Lisboa, tínhamos mais que o Porto, tínhamos mais que Guimarães. E aquilo que os TUB estavam a fazer era prudência. E era importante explicar que os veículos a gás, hoje, não tinham a ver com os a gás que tínhamos, e que estavam a ser abatidos. Tínhamos dezassete, hoje, só tínhamos quatro, dos da velha guarda, dos mais poluidores, dos de primeira geração, dos que herdaram da anterior gestão. O que estavam era a adquirir veículos a gás de última geração e esses eram financiados e estimulados pelo próprio Governo e eram financiados naquelas proporções. Aquilo que estavam a fazer era agir com rigor, com cautela, com prudência e atentos às boas práticas do país e da europa. E era importante que se dissesse, que também as viaturas elétricas, apesar de hoje, esta segunda geração, já ter baterias com o dobro da capacidade, eram, no entanto, veículos, preparados, recomendados e com bom desempenho, particularmente, nos trajetos curtos. O que significava que os a gás, eram, hoje, ainda, mais adequados, para outro tipo de percursos, E era essa combinação de interesses, que recomendava que os gestores fossem prudentes, atentos, inteligentes e que combinassem isso em articulação com as boas práticas do Governo. Muito o espantava que o PS se propusesse votar contra aquilo, argumentando contra aquilo que era a posição do responsável governamental do setor e aquilo que era a prática estimulada do programa que o Governo tinha em curso para financiar as autarquias.” Estranho, meus senhores”. Registou-se,

depois a intervenção do Sr. Deputado do P.P.M., MÁRIO MANUEL GONÇALVES RODRIGUES, para salientar que o PPM se congratulava com a preocupação ambiental do Executivo demonstrada naquela proposta, para a aquisição de mais autocarros a gás natural e cem por cento elétricos, para substituição de autocarros a gasóleo, com a média de idade de vinte e nove anos, o que faria com que os TUB diminuíssem, consideravelmente, a sua pegada de carbono. No que puderam apurar essa redução seria de doze por cento, se os autocarros a diesel fossem novos, como tinham vinte e nove anos, esse diferencial era, ainda, maior. Se, por um lado, uma primeira abordagem, a compra de autocarros a gás natural pudesse não parecer pertinente, dado que mesmo com emissões reduzidas, não deixava de ser poluente, por outro lado, era uma política responsável, uma vez que a tecnologia elétrica, a baterias, ainda não era cem por cento segura e limpa, vissem o problema da extração de lítio, numa primeira fase e, posteriormente, o fim de vida das baterias. Quanto iria custar a substituição e a sua reciclagem? Carecendo, ainda, de desenvolvimento para vir a ser. Acrescia informar que a energia elétrica produzida em Portugal, oriunda de fontes renováveis, ainda era só cerca de quarenta por cento de energia consumida e os restantes sessenta por cento, provenientes de fontes não renováveis. Portugal comprometeu-se a terminar com as centrais de carvão, mas, na realidade, estava a importar energia, via Espanha, que era proveniente de centrais a carvão de Marrocos e centrais nucleares de França, ambas muito poluentes, se bem que por razões diferentes. Assim, a opção ideal, seria a aquisição de autocarros a pilha de hidrogénio, pois estes sim, tinha emissões de carbono zero. Porém, esta opção ainda não era válida, porque os primeiros autocarros experimentais saíram da fábrica no final deste ano e o seu custo ainda era uma incógnita. Para além disso, consideravam que a conjugação de autocarros a gás natural e elétricos,

era uma aposta inteligente da administração dos TUB, para enfrentar as diferentes solicitações dos percursos das linhas dos autocarros do nosso município. Para percursos cujo trânsito era intenso, com muitos para arranques, predominantemente citadino, os autocarros cem por cento elétricos, eram os mais adequados. Para percursos extensos, com trânsito mais fluído, ou seja, para as linhas que contemplavam as freguesias mais limítrofes, fazia mais sentido a utilização de autocarros a gás natural. Por último, a não dependência de um único tipo de energia, sempre foi boa política, ainda mais, com a rápida evolução das inovações tecnológicas, eram esperados grandes passos na evolução daquele tipo de veículos elétricos. Importava informar que os seis autocarros que entraram em serviço, em setembro de dois mil e dezoito, estavam dotados de baterias de cento e sessenta quilowatts, que lhes permitia fazer entre cargas cento e dezasseis quilómetros. E os autocarros, agora, propostos para aquisição, estavam dotados da terceira geração de baterias, com a capacidade de trezentos e catorze quilowatts, o que permitia fazer entre cargas, duzentos e dez quilómetros. Bem podiam tomar nota que em apenas um ano a capacidade das baterias duplicou. O Partido Socialista preferiria que todos os autocarros fossem elétricos, certamente, tendo em atenção que já existiam na frota, quatro autocarros a gás natural e que um grane número a diesel, mas a questão não podia ser colocada, apenas, naqueles termos, mas sim, qual seria o impacto que a substituição e a manutenção desses equipamentos, nomeadamente as baterias teriam nas contas dos TUB. A informação que o PPM dispunha, era que, em maioria, a vida útil das baterias era de oito anos e que, neste momento, preços de dois mil e dezanove, o custo para substituir rondava cinquenta por cento do preço dos autocarros novos, ou seja, duzentos mil euros. Podiam concluir que neste momento, os TUB deveriam despender mais seis vírgula dois milhões de euros,

para substituição das baterias. A palavra foi dada ao Sr. Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA, para dar duas notas, para enriquecerem o debate, sobre aquela matéria e de alguma forma, também, para dar alguma paz sobre alguma putativa guerra, entre a posição da concelhia de Braga e a posição do Governo. Não havia, ali, naturalmente, nenhuma dissonância, havia uma visão que era consonante em muitas coisas e que era divergente em algumas, como era natural, porque os posicionamentos partiam da análise da realidade e das circunstâncias com que se deparavam e que faziam, naturalmente, faziam com que cada caso fosse um caso. A grande questão que, ali, hoje, os levava, era que, atendendo a algum contexto de equilíbrio que conseguiam compreender, parecia-lhes que o desfasamento entre a aquisição do número de autocarros a gás de última geração e o número de elétricos, era fortemente penalizadora, ao nível dos autocarros elétricos, que hoje eram, com os problemas que tinham, todas as soluções tinham problemas, não havia soluções ótimas, seria extraordinário, retiraria muitas noites de reflexão aos decisores políticos e a outros, mas todas elas tinham dificuldades e constrangimentos, mas era, hoje, não diria unânime, mas amplamente consensual, que a solução dos autocarros elétricos era, nomeadamente, nas soluções urbanas e ao nível das emissões de efeitos de estufa, ao nível das cidades, sendo, hoje, Braga uma cidade, também, que se confrontava com dados altamente preocupantes, a nível daquela matéria, no plano daquilo que era o seu posicionamento nacional, fossem diferentes. Se fizessem uma alteração, e isso era apenas um exercício de reflexão, que ajudava de alguma forma a suportar a decisão do Partido Socialista do voto contra na Câmara e na Assembleia Municipal, se optassem por comprar todos os autocarros elétricos e não comprar nenhuns a gás natural, estariam a falar de um aumento do custo total daquela operação, de cerca de um

vírgula um milhão de euros. Estavam a falar de uma operação que tinha um empréstimo a doze anos, portanto cento e quarenta e quatro prestações mensais que os TUB teriam que pagar, para suprir esse crédito que iriam fazer e um vírgula um milhão de euros, dividindo por cento e quarenta e quatro mensaldades, estavam a falar de um custo mensal que levaria a que os TUB tivessem um acréscimo de despesa de cerca de sete mil e seiscentos euros por mês, com todos os ganhos que entendiam, do ponto de vista ambiental, do ponto de vista da sinalização de uma política de mobilidade de última geração esta decisão política sinalizaria, achavam que essa diferença não era substancial e que fazia sentido ser acomodada e já não estavam a dizer todos, mas o equilíbrio pendesse, a distribuição, como o Deputado João Granja disse, entre os a gás e os elétricos pendesse mais para os elétricos e menos, como era o caso, de forma bastante substancial, para os autocarros a gás, até, porque, estavam ali a falar em cento e quarenta e quatro meses, de um acréscimo na fatura, se considerassem todos os autocarros elétricos, de sete mil e seiscentos euros. Importava não esquecer, por exemplo, que no quadro das novas competências atribuídas aos TUB, só a cobrança de estacionamento à superfície iria fazer com que houvesse, era uma previsão, naturalmente, que os TUB somassem à sua operação anual, receitas provisionais de cerca de seiscentos a setecentos mil euros por ano, ou seja, cerca de cinquenta mil euros mensais. E, portanto, do ponto de vista da operação, do ponto de vista da sinalização de uma política de mobilidade de última geração. Concordando com o Deputado João Granjo, sob o ponto de vista da prudência, da gestão, dos equilíbrios que era preciso fazer do ponto de vista tecnológico, entre elétricos e autocarros a gás, parecia-lhes que a ponderação de muito claramente valorizar a operação gás natural, a solução gás natural e a solução elétricos ser residual, era uma má opção, era um medo

estratégico e não sinalizava, do ponto de vista da mobilidade, nenhuma solução de futuro e com futuro. E era por causa disso, até porque do ponto de vista financeiro e contabilístico, já estava, ali, desmontada a falácia da impossibilidade de o fazer de outra forma, que o Partido Socialista votou contra e que, naturalmente, votaria novamente contra naquela Assembleia. Interveio o Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA, para perceber o seguinte: presumia que os dez milhões de euros ficariam disponíveis logo que fosse contratualizado o empréstimo. Aquilo que questionava, porque o documento falava em vinte e três páginas e só estavam duas, era se os trinta e dois autocarros ficavam disponíveis, imediatamente, ou se era para entrega faseada. Porque se fosse para entrega faseada, a teoria do Deputado do PSD caía por terra. Se fosse para entrega imediata, a teoria estava certa. Gostava de saber isso. O Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA, disse que relativamente à primeira questão, simplesmente, não podia resolver, porque não foi feita, sequer, a consulta bancária e nem sequer estavam negociados os quadros da entrega, não podendo, neste momento, equacionar isso. Mas uma coisa não tinha a ver com a outra, porque se era necessário disponibilizar o dinheiro para aquele fim, tesouraria, também, era financiamento. E por isso, era financiamento a médio prazo ou tesouraria, transferir de uma coisa para a outra, tinha a ver com regras de boa gestão e com opções de governação dentro empresa, não havendo problema nenhum, porque o endividamento era o mesmo e tinha que ser pago. Em qualquer dos casos, isso era algo, porque, neste momento, ainda não havia as balizas do financiamento bancário, só iria haver, quando houvesse consulta ao mercado e isso só iria resultar, depois de ser aprovado. Provavelmente, haveria de ir, ali, à Assembleia, julgava, as condições de financiamento em preço, para se perceber qual foi a

modalidade encontrada, sendo certo que o resto só os TUB poderiam responder e, nesta fase, julgava que não teriam essa informação disponível, tanto quanto sabia. Voltando, ali, concretamente, à questão do Pedro Sousa, que achava, de facto, ser a questão mais importante e relevante. Percebia a dificuldade do Deputado Pedro Sousa, em tentar compatibilizar a posição dos Vereadores, provavelmente estudaram mal o dossier, e, hoje, o embaraço da bancada em tentar contrariar aquilo que era uma opção do Governo, um estímulo do Governo e uma prática do Governo. Coragem, ali, chocava com prudência e prudência, não era como dizia o Deputado Pedro Sousa. Prudência era adotar a postura que os TUB estavam a fazer. Os TUB, em Braga, já eram o caso nacional, com mais elétricos no pacote. Razão de dizer que essa bandeira, essa preocupação, essa combinação de valores, estava presente naquela realidade. E o Deputado Pedro Sousa não era muito bom a fazer contas, porque se todos fossem elétricos, a fatura adicional era seis vírgula dois milhões, porque os autocarros elétricos custavam quatrocentos e vinte e cinco mil euros e os a gás duzentos e trinta mil euros. E esse valor não era despiciendo, porque adquirir maior número de viaturas era importante, porque iria permitir eliminar as de primeira geração, tanto a gás, os cinco que ainda lá andavam, e alguns a diesel, com muitos anos de vida. E se tivessem uma frota maior num quadro de renovação, permitia afastar esses autocarros que estavam, de facto, já desajustados das necessidades de mercado. Por isso, repetia, não se tratava de ter posições de princípio, porque, se calhar, era interessante a questão dos elétricos, mas não era prudente, porque já se tinha percebido, que a opção da combinação, como o POSEUR recomendava, como o Secretário de Estado recomendava, era uma combinação que tinha a ver com aspetos operacionais, com a gestão da frota, com a gestão das necessidades, com a gestão da cidade, com a gestão do perímetro do

concelho. Pro isso, não se tratava de dizer mais elétricos ou mais gás. Não, aquela era uma combinação virtuosa, dentro de limites recomendáveis, validada pelo Governo e que era líder, a nível nacional. E era isso que era importante ser dito. E, por isso, percebia o embaraço do Deputado Pedro Sousa, em tentar compatibilizar as coisas. Ele não conseguia negar era essa realidade, a posição de Braga que já estava na primeira linha do país e que, naturalmente, traduzia uma postura responsável, prudente e adequada à realidade de Braga, tendo respeitinho pelo bolso dos contribuintes. Voltou a usar da palavra o **Sr. Deputado do P.P.M., MÁRIO MANUEL GONÇALVES RODRIGUES**, para referir que, por certo, o Deputado Pedro Sousa não devia ter tomado nota daquilo que leu e que recomendou, porque as baterias tinham uma média de idade de uso de utilização de oito anos, eram trezentos e catorze quilowatts. Mas, oito anos eram dois terços do empréstimo, a partir daí era preciso renovar as baterias. As baterias representavam, neste momento, preços de hoje, duzentos mil euros por autocarro. Aquilo que dizia, era que ao fim de oito anos, tinham que gastar mais seis vírgula dois milhões de euros e renovar as baterias. Portanto, isso era quase como os telemóveis, quando aparecendo tinham seis horas de autonomia, passaram depois para oito horas, depois para um dia, uma semana. Fazer o investimento por grosso, agora, era um erro, na sua opinião. De seguida, voltou a intervir o **Sr. Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA**, para agradecer o esclarecimento do Deputado do PPM, Mário Rodrigues, que escutou com atenção, engenheiro mecânico, que dominava, naturalmente, aquela questão, do ponto de vista da tecnicidade muito mais que o interveniente. Depois pretendia dizer só duas coisas sobre aquela matéria. Primeira, fez, ali, um cálculo, os dados que ali levou, não os inventou e, portanto, se era mau a fazer contas, o Deputado João Granja, tinha que devolver a

*simpatia a uma pessoa que, certamente, conhecia, que se chamava Luís Teotónio e que era Administrador dos Transportes Urbanos de Braga e que apresentou aqueles números na sessão do Executivo Municipal, dando nota que a discrepância entre uma solução apenas com veículos a gás ou com todos os autocarros elétricos, representava uma diferença de um vírgula um milhão de euros. Portanto, se foi ali apresentar dados que não correspondiam ou que apresentavam alguma falha, fazia-o apenas e só pela boca e pelas informações da pessoa responsável por preparar aquele processo de aquisição, fazia-o com essa segurança. Estavam, ali, os Vereadores do Partido Socialista, que já lhe confirmaram essa informação, mas estavam, lá, outros que, certamente, poderiam, também, confirmar. O Partido Socialista não disse, simulou, ali, uma reflexão de quanto custaria, com dados que foram apresentados pelo Administrador da empresa, quanto custaria a diferença entre a opção num sentido e noutro. O Partido Socialista não disse, ali, que entendia que deveriam ser todos. O Partido Socialista disse, e bem, e tinha a ver com coragem e tinha a ver com opções e as opções só com o decorrer do tempo se poderia ver se eram certas ou erradas. Era que no quadro duma intervenção daquela natureza, em que iriam estar à frente da média nacional, mas, ainda assim, continuar a comprar mais autocarros a gás natural do que autocarros elétricos, lhes parecia errado. Foi isso, só isso e nada mais do que isso. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada com quarenta e três votos a favor, com onze abstenções e com onze votos contra.** **PONTO NÚMERO NOVE – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE NADADORES SALVADORES PARA PISCINAS E PRAIAS FLUVIAIS DO CONCELHO DE BRAGA.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo, aprovada em reunião de sete de outubro do ano em curso, relativa à aquisição de serviços de*

nadadores salvadores, para as piscinas e praias fluviais do concelho de Braga, cujo teor se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada com vinte e uma abstenções**. **PONTO NÚMERO DEZ – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA EMPRESA MUNICIPAL TUB – TRANSPORTES URBANOS DE BRAGA, E.M.** Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal, para efeitos de aprovação, as alterações à redação dos artigos quarto e quinto dos Estatutos da Empresa Municipal TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M., aprovadas em reunião do Executivo Municipal de dezasseis de setembro do ano em curso, que se dão por reproduzidas e transcritas e vão ser arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. Colocada à discussão, começou por usar da palavra o **Sr. Deputado da C.D.U., MARCOS MANUEL DA SILVA COUTO OLIVEIRA**, para dizer que: "Discutimos hoje novamente a alteração dos estatutos dos TUB apresentada por este executivo. O posicionamento da CDU relativamente a este assunto é bastante claro tendo já sido apresentada a nossa posição na Assembleia Municipal de vinte dois de fevereiro do corrente ano. O nosso forte repúdio a tais alterações estatutárias repousa, essencial e principalmente, no facto de, com esta nova competência de gestão e fiscalização do estacionamento na cidade, correr-se o sério risco de canalizar recursos dos TUB para esta nova função, apartando-a do que é fundamental e do objeto para que foi criada, isto é, garantir o transporte público de qualidade e um projeto de mobilidade sustentável aos cidadãos. Desde o início a CDU foi contrária à privatização da gestão do estacionamento na cidade, posicionamento este assumido em várias Assembleias Municipais. Foi, pois, com natural satisfação que apoiámos o resgate da concessão por parte deste executivo. Porém, entendemos que a inaptidão desta maioria para assumir de forma eficaz o

*serviço, não pode ser usada como justificação para o esvaziamento de competências municipais que, no caso, concretizar-se-ão com esta alteração aos estatutos da TUB. Concedendo estas competências aos TUB esvaziamos as competências da Polícia Municipal, que podia e devia, no entendimento da CDU, proceder à gestão e fiscalização do estacionamento, na senda alias do definido na Lei número dezanove barra dois mil e quatro, de vinte de maio - Lei da Polícia Municipal - que define as funções e competências desta força de segurança hoje em dia tão maltratada na nossa cidade. Entende também a CDU que aquilo de que os TUB precisam é de mais investimento, e não de novas atribuições. Investimentos esses essencialmente consubstanciados na renovação e expansão da sua frota, uma frota significativamente envelhecida e cujo empréstimo que hoje discutimos é claramente insuficiente para cumprirmos os desígnios ambientais da cidade, bem como aumentar os índices de conforto dos utentes, ou ainda promover o aumento do número, intensidade e ajustamento das carreiras que percolam. Da mesma forma, não estamos de acordo que pela via do financiamento da prestação de um tipo de serviço que não é o seu, “in casu” a fiscalização do estacionamento, o serviço público prestado pela TUB possa sair prejudicado, pelo que entendemos que a sua principal missão e atribuição é a de assegurar o transporte público de passageiros no concelho de Braga, em condições de conforto, comodidade e segurança, acessível a toda a população a preços justos. Por tudo isto, votaremos contra esta proposta”. Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado do B.E., **ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, para dizer que o Bloco de Esquerda votaria contra aquela alteração aos Estatutos, primeiro, porque entendiam que exorbitava as funções normais de uma empresa transportadora de uma empresa de transportes urbanos. Por outro lado, aquele era mais um truque de financiamento de uma*

*empresa municipal, sendo certo que, isso devia ser aproveitado, na sua ótica, ou seja, a receita do estacionamento à superfície, e já disseram isso mais do que uma vez, para reforçar, de facto, os quadros da Polícia Municipal. O estacionamento anárquico estava a ser minimamente impedido por pilaretes que desfiguravam a cidade e, em alguns casos, eram abusivamente colocados no meio dos passeios, pensava, até, que de uma forma ilegal. Havia passeios que estavam divididos a meio por pilaretes, para proteger entradas de garagens. Isso era uma ilegalidade que ia, inclusivamente, contra a lei, que protegia os cegos e as pessoas com incapacidades na sua deslocação nas cidades. A Polícia Municipal devia ter, de facto, esse papel. A Polícia Municipal ao fiscalizar o estacionamento à superfície, também fiscalizaria o estacionamento anárquico e poderia ter muitas outras competências que não tinha. Ninguém dava, a não ser as pessoas que frequentavam o mercado municipal e a feira, pela Polícia Municipal. Sabendo que a PSP tinha insuficiência de quadros, aquilo que presumiam era que a Autarquia se estava marimbando, para a segurança dos munícipes e para o ordenamento e a fluidez no tráfego no centro da cidade, que tinha que ser regulado por alguém, não podendo andar à boa vontade de cada um dos munícipes. Registou-se a intervenção do **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, para dizer que aquela discussão já tinha sido tida há algum tempo. Aquela correspondia a uma opção do Executivo, em termos de opção de gestão. Não havia, ali, “gato escondido com o rabo de fora”. A empresa para estar equilibrada e não ser dissolvida tinha que ter receitas e aquela era uma forma de se investir na modernização dos transportes públicos. Lembrava as palavras, há dias, da Senhora Presidente da Câmara de Estocolmo, considerada a cidade mais atrativa do mundo, que dizia que “a chave do nosso sucesso são transportes públicos de qualidade e estruturas de saúde de*

apoio às populações”. Reteve aquela afirmação de quem liderava o ranking no mundo e não era coisa pouca. E de um dos grandes dramas que tinham pela frente, era que tinham que gerar receitas, para continuar a renovação da frota, porque renovaram, apenas, um terço. E se queriam estimular a utilização dos transportes públicos por parte da população, esse investimento tinha que continuar e não podia parar, porque se parasse no tempo a fatura era pesada e tinham que progredir em modernização, em crescimento e em aumento de passageiros. Aquela era uma forma de se gerar receita dentro da instituição, não só para equilibrar a Empresa Municipal, porque a isso estava obrigada por lei, mas poder fazer investimentos à medida das suas necessidades. Mas, hoje, não estavam, ali, a fazer essa discussão. O que se passava era que a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária comunicou que tinha que haver uma alteração da redação dos Estatutos, para que a delegação de competências tivesse que se efetivar em termos, que permitisse a credenciação dos agentes, por parte dessa autoridade. Na prática tratava-se de uma afinação dos Estatutos que permitisse operacionalizar a decisão que já tomaram anteriormente. Nessa medida, obviamente, e em conformidade, iriam votar favoravelmente aquilo que estava a ser proposto pela Câmara. A palavra foi dada ao **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para dizer que se recordava, como se fosse hoje, quando em dois mil e seis o PSD, vociferou por uma medida que a Câmara Municipal de Braga, através da Bragahabit tomou, para que os alunos das escolas do primeiro ciclo e dos jardins-de-infância que, na altura, algumas Juntas de Freguesia não quiseram fazer o serviço de refeições e ATL, nomeadamente a Junta de Freguesia de São Victor, fosse prestado esse serviço pela Bragahabit. Diziam, na altura, que o serviço não era com a função dessa empresa. E, na altura, não estava em questão o financiamento da Bragahabit,

estava em questão a prestação de um serviço, porque de outra forma as crianças quer do pré-escolar, quer do primeiro ciclo, não teriam refeição, nem ATL. Mais tarde, e aí tinha que fazer justiça ao Sr. Presidente da Câmara, reconheceu essa situação e as questões normalizaram-se. E, hoje, esse serviço, sim, acabava por prestar um grande serviço às crianças e à educação e, por outro lado, também, equilibrava aquilo que eram as contas da Bragahabit. Hoje, estavam numa situação algo similar e verificavam que o discurso já não era o mesmo, era outro. Tratava-se de financiar, de forma indireta, uma empresa que não estava vocacionada, para fiscalizar o espaço público. Porque, efetivamente, ter a Polícia Municipal, naquilo que era a fiscalização do estacionamento, era diferente do que ter os transportes urbanos a fiscalizar o espaço público no estacionamento, como, ali, já foi referido e muito bem. Porque a Polícia Municipal naquilo que era a sua competência, ao nível da fiscalização, podia detetar outras situações, informar a estrutura a quem essa competência dizia respeito e resolvê-la, ou seja, era a chamada resolução de vários problemas num. Havia um esvaziamento completo da Polícia Municipal que, aliás, começou há já algum tempo, pela inexistência de um comando e sabia-se que uma força daquelas sem uma estrutura hierárquica, sem uma estrutura de comando, não funcionava ou funcionava mal. Tratava-se de esvaziar um serviço que poderia, para além da fiscalização do estacionamento, fiscalizar outro serviço. E era, aí, onde estavam em desacordo. A verdade era que isso até ia contra os princípios ideológicos do próprio PSD que, naquela matéria, defendia a intervenção privada e não a intervenção pública, como costumavam dizer, menos estado. A verdade, também, só por curiosidade, toda a estrutura da antiga empresa que fiscalizava o estacionamento e incluindo o seu coordenador, passaram ou vão passar a ser funcionários dos Transportes Urbanos e, portanto, percebiam, também, essa

atitude, que realmente realçava bem, que o que estava em conta não era exatamente o que se dizia na altura era, efetivamente, uma outra questão, que cada um, agora, interpretava como queria. Nesse sentido e porque o que estava em questão era mesmo a retirada daquilo que era a intervenção da Polícia Municipal, que tinha como ação principal essa, naturalmente o Partido Socialista iria votar contra, com a razão lhe vinha do passado. Voltou a usar da palavra o **Sr. Deputado do B.E., ANTÓNIO MEIRELES DE MAGALHÃES LIMA**, para dizer que não podia deixar passar em branco a afirmação que foi transmitida agora pelo Deputado João Nogueira e o Sr. Presidente da Câmara deveria esclarecer a Assembleia se era verdade que os funcionários da ESSE iriam passar a ser funcionários dos TUB. Achava que uma afirmação daquelas não podia passar em claro e para que isso não fosse colocado noutros fóruns, isso devia ser esclarecido. Passou, então, a usar da palavra o **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, para dizer que antes de esclarecer aquela questão muito concreta, queria aproveitar para fazer dois ou três comentários muito breves sobre a intervenção do Deputado João Nogueira, porque o deixava, de facto, muito surpreendido, quando ouvia o Partido Socialista dizer que retiraram a competência de fiscalização do estacionamento à Polícia Municipal, era esvaziar a Polícia Municipal. Quem retirou a competência de fiscalização do estacionamento da Polícia Municipal e entregou a uma empresa privada, foi o Partido Socialista. Portanto, se houve algum esvaziamento da Polícia Municipal, ele começou no mandato anterior. E a primeira coisa que este Executivo assumiu como prioridade, foi devolver á esfera pública aquilo que era uma competência que consideravam absolutamente estratégica do ponto de vista da gestão da política urbana, da cidade, das políticas de mobilidade, que era a regulação do

estacionamento à superfície. E até ver e enquanto fosse Presidente da Câmara assim continuaria a ser os TUB eram uma entidade pública e, portanto, não substituíam uma empresa privada por uma empresa privada ou por uma empresa de capitais mistos, substituíam uma empresa privada por uma empresa pública, que tinha um serviço público e que, obviamente, com aquela receita, não ia pura e simplesmente cumprir ratios, ia fazer aquilo que muitas vezes na gestão pública não podia fazer, nomeadamente na Câmara, que era a consignação de receitas. Porque, obviamente, o que estavam a fazer, ali, era entregar receitas que decorriam da política de mobilidade, nomeadamente da regulação do estacionamento, à gestão do serviço público de transportes com aquilo que, obviamente, ia ser feito, por parte dos TUB. Portanto, nesse mesmo sentido, quer a manutenção na esfera pública daquela competência, quer a sua entrega aos TUB fazia, do ponto de vista estratégico, do ponto de vista político, do ponto de vista legal, todo o sentido. A questão concreta do Deputado António Lima, não havia uma transferência de funcionários da ESSE, para a Câmara Municipal, neste caso, para os TUB. Os TUB iriam ter que contratar e já estavam a contratar, tanto quanto sabia, funcionários que iriam fazer a fiscalização do estacionamento, funcionários esses que estarão obrigados a requisitos de certificação, que eram muito específicos. Se haveria funcionários antigos da ESSE que, entretanto, foram para o desemprego, e que agora se iriam candidatar ao preenchimento dessas vagas, obviamente, que não havia nenhuma maneira de o escamotear, era muito provável que assim acontecesse. Não havia era uma transferência direta de funcionários da ESSE para os TUB. Agora, eram relativamente reduzidas as pessoas que tinham as competências necessárias, para fazer fiscalização e achava ser perfeitamente natural que esses fossem os primeiros, até porque conheciam o terreno e tinham experiência nessa mesma

área, além das certificações, os primeiros a candidatarem-se ao preenchimento dessas vagas, que iriam ter que ser feitas. Não iriam ser, obviamente, os motoristas de autocarros, nem outros funcionários dos TUB a fazer a fiscalização. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada com vinte e três votos contra e com quatro abstenções.** **PONTO NÚMERO ONZE – CONTRATO DE COMODATO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E A CRUZ VERMELHA PORTUGUESA – DELEGAÇÃO DE BRAGA – CEDÊNCIA DAS ANTIGAS INSTALAÇÕES DA EB UM DO BAIRRO NOGUEIRA DA SILVA.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de dezasseis de setembro do ano em curso, nos termos do preceituado na alínea j), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, relativa à proposta de contrato de comodato a celebrar entre o Município de Braga e a Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga, para a cedência das antigas instalações da EB um do Bairro Nogueira da Silva, com vista à instalação de um Centro de Prevenção e Estimulação na Demência, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. A **Sr.^a Deputada do P.S.D., FILOMENA MARIA BEIRÃO MORTÁGUA SOUSA FREITAS BORDALO** usou da palavra para dizer que não iria falar da importância que o Centro de Prevenção e Estimulação para as pessoas com demência e suas famílias, tivesse para o concelho de Braga, nem iria, também, falar sobre a credibilidade e o trabalho desenvolvido e o respeito que merecia a delegação de Braga da Cruz Vermelha, porque foram, certamente, aqueles dois aspetos, que levaram a que o Executivo Municipal deliberasse, por unanimidade, a cedência daquela escola e que, hoje, ia àquela Assembleia. O que a levava, ali, tinha a ver com o prazo. O Executivo Municipal

*deliberou que aquela escola fosse cedida, através de comodato, por vinte anos. Vinte anos inviabilizava a candidatura ao programa para apoio ao funcionamento e eventuais obras financiadas, através do PARES, isso não iria ser possível, por causa daquele prazo. O prazo tinha que ser superior a vinte anos. Portanto, pedia à Sr.^a Presidente, por seu intermédio, uma solução, se o Executivo pudesse encontrar, ali e agora, uma solução e, depois, a Assembleia, porque a certidão era importante ser elaborada e remetida à Cruz Vermelha, para candidatura a esses programas que referiu. Tinha que ser um prazo superior a vinte anos. A **SR.^a PRESIDENTE DA MESA** questionou sobre o prazo do concurso, que era até trinta de novembro. A **Sr.^a Deputada do P.S.D., FILOMENA MARIA BEIRÃO MORTÁGUA SOUSA FREITAS BORDALO** informou que o pedido da Cruz Vermelha não tinha sido claro. A **SR.^a PRESIDENTE DA MESA** informou que o ponto não iria ser discutido. **PONTO NÚMERO DOZE – PROPOSTA DE DOAÇÃO DA ANTIGA “ESCOLA VELHA DE GUALTAR” À JUNTA DE FREGUESIA DE GUALTAR.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o estatuído na linha g), do número um, do artigo vigésimo quinto, Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a proposta do Executivo de dez de setembro do ano em curso, relativa à doação do edifício denominado “Escola Velha de Gualtar”, à Junta de Freguesia de Gualtar, cujo teor se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Interveio o **SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GUALTAR, JOÃO PAULO DE CARVALHO VIEIRA**, para dizer que o pedido de doação, por parte da Junta de Freguesia, tinha um interesse relevante em duas dimensões. Primeiro, o edifício, neste momento, não tinha qualquer uso, estava em completa degradação, precisando de reparações urgentes, até porque tinha*

*infiltrações e, portanto, em termos de património, sendo uma escola do estado novo, precisava imediatamente de ser intervencionada e, ao mesmo tempo, completava uma necessidade da freguesia tinha no sentido de executar um espaço que seria um centro cívico, cujo projeto estava a ser desenvolvido e apresentado, também, à Câmara, aos serviços municipais. Portanto, essa doação revestia esse interesse, ou seja, primeiro a preservação do edifício que se pretendia, em termos de arquitetura e, sobretudo, em termos de espaço degradado que, neste momento, não era utilizado para coisa nenhuma e que estava basicamente abandonado. Terminou um contrato de comodato que existia, pretendendo-se, agora, passar para a Junta de Freguesia para poder intervencionar o edifício e construir, nesse espaço, um centro cívico, instalação que Gualtar não dispunha, criando espaços que iriam servir a população para vários domínios desde ensaios e um auditório. O interesse dessa doação revestia-se com aquilo que era o interesse da Freguesia de Gualtar, dos Gualtarenses e, também, da preservação da memória, porque, obviamente, a escola antiga foi um lugar onde muita gente frequentou a sua instrução primária, sendo um edifício histórico, que toda a gente identificava como sendo um edifício importante na freguesia e tendo em conta a sua localização, também, porque ficava muito próximo da Junta, da Universidade do Minho, sendo um edifício estrategicamente colocado para o fim do centro cívico. Posta à votação foi a presente proposta **aprovada por unanimidade.** **PONTO NÚMERO TREZE – DOAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DESTINADA À CONSTRUÇÃO DE CAPELA MORTUÁRIA À UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a deliberação do Executivo tomada em reunião de dez de setembro do ano em curso, relativa à doação de uma parcela de terreno, destinada à construção de capela mortuária, à União de Freguesias de Real,*

Dume e Semelhe, cujo teor se dá por reproduzido e transcrito e vai ser arquivado em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a presente proposta aprovada por unanimidade. PONTO NÚMERO CATORZE – RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÓMICA DE VÁRIAS EMPRESAS NO ÂMBITO DO RERAE. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, apreciada na reunião de dez de setembro do ano em curso, relativa ao reconhecimento do interesse público municipal, nos termos do disposto na alínea a), número quatro, do artigo quinto, do regime extraordinário de regularização de atividades económicas, vulgo RERAE, do Decreto-Lei número cento e sessenta e cinco barra dois mil e catorze, de cinco de novembro e da Lei número vinte e um barra dois mil e dezasseis, de dezanove de julho, da Empresa Agostinho da Costa Ribeiro & Filhos, Limitada. A palavra foi dada ao Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA, para revelar que o tema que lhes foi presente era de extrema relevância e delicadeza, pelo que pedia a melhor atenção dos presentes, para o que iria passar a expor. Aquele era um tema curioso e que tinha a ver com o exercício duma competência da Assembleia Municipal. Já o fizeram, ali, noutras circunstâncias com outras entidades. Já o fizeram, também, com uma pedreira, com a pedreira de Cronos. Aquilo que ali estava era uma situação que era tratada como uma pedreira, mas não o era, era um areeiro, porque se tratava de extração de areia e caía no âmbito e da alçada do famoso RERAE que, citando o Decreto-Lei que o criou, dizia-se, na altura que: “o Governo considera essencial criar um mecanismo que permita avaliar a possibilidade de regularização de um conjunto significativo de unidades produtivas que não dispõe de tipo de exploração ou pelo exercício válido face às

condições atuais de atividade. Da mesma forma importa considerar aqueles estabelecimentos e explorações que dispendo de tipo válido de exploração ou de exercício estão impossibilitados de proceder à sua alteração ou ampliação, também por força de condicionantes”. No fundo, isso era a justificação e a fundamentação que permitia que estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras, pudessem, por essa via, propor a sua regularização, num contexto mais célere, mas não menos garantido, ao nível da observância das exigências legais. Na prática, se uma Assembleia Municipal reconhecesse o interesse na legalização, era emitida a certidão e o processo, nestes casos, seguia para a DGEG. A DGEG convocava a Câmara Municipal, para ter assento na conferência decisória, onde estavam todas as entidades licenciadoras, a decisão era tida por maioria e se houvesse empate tinha voto de qualidade a entidade coordenadora. A ata dessa conferência estabelecia os termos em que a legalização dos espaços e da atividade se podia processar, os respetivos prazos e as medidas que as entidades da administração central poderão estar sujeitas a encetar. A questão foi colocada à Câmara. A Câmara deu, numa primeira fase, parecer negativo, mas o parecer da Câmara tinha carácter meramente informativo, não era vinculativo. A decisão era da Assembleia. E o que se passou foi que a Câmara entendeu ouvir as Juntas de Freguesia. Ouviu a Junta de Adaúfe. A de São Pedro e São Mamede d’Este e de Santa Lucrécia de Algeriz. Duas das Juntas deram parecer favorável. A de Santa Lucrécia de Algeriz deu parecer desfavorável. Ora o que aconteceu foi que já apreciaram e já emitiram declarações daquelas para outras atividades económicas e era importante que ficasse claro, não estavam a aprovar coisa nenhuma. Estavam, apenas, a criar interesse em regularizar aquelas situações. O processo seguia, depois, para as entidades competentes, conforme a sua natureza,

que vão reunir uma equipa de entidades à volta da mesa e que tomará uma decisão se recusa, de aprovação ou de aprovação, como condicionantes. Mas, o facto de se juntarem todos à volta da mesa, obrigava-os na mesma a cumprir a legislação que vigorava para o setor. E foram decisões como aquelas que tomaram na Assembleia Municipal, que permitiram, já, legalizar um conjunto de unidades industriais. Mas, também, já deram parecer para uma tinturaria de Ruães, que quando chegou à conferência decisória, levou chumbo, porque violava disposições de regulamentação ambiental, que não podiam ser ultrapassadas. Acontecia que as pedreiras era um mundo complexo e delicado. Era uma espécie de mal necessário. Era uma atividade económica, que funcionava um pouco como retaguarda em relação à construção civil e tinha alguma expressão no nosso concelho e tinha já um histórico significativo. Era importante que se percebesse que, naquele caso em concreto, estavam a falar de trinta e tal trabalhadores, a atividade já estava licenciada e autorizada há uns anos, mas a questão que se colocava era que na prática as pedreiras iam progredindo e evoluindo, em termos de espaço, para laborar e havia a necessidade de se salvaguardar aquilo que os técnicos designavam como um plano de lavra, que era um quadro de compromissos de reposição daquilo que iriam fazendo nos termos das exigências legais. No caso concreto, já há algum tempo, aquela entidade que hoje, ali, se apresentava, encomendou a um gabinete da especialidade um estudo de impacto ambiental, que para aquele processo, iria ter depois de atualizar. Mas houve, ali, um investimento de dezenas de milhar de euros, precisamente, para tentar compatibilizar aquilo que estava a ser feito com a necessidade de cumprimento das regras. Teve a oportunidade de falar com os Senhores Presidentes de Junta e teve a disponibilidade de um guia generoso, que foi o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Lucrecia de Algeriz, que teve

o cuidado de lhe mostrar as características da exploração, daquela e de outras, porque havia mais casos e maiores, aqui na terra, relacionados com essa problemática, e explicar a delicadeza do que estava, ali, em causa, para as populações de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra, mas, sobretudo Santa Lucrécia, que são aquelas que pagavam a maior fatura ambiental. E disse-lhe frontalmente, que percebia porque o parecer da Assembleia de Freguesia foi negativo, mas presumia que quisessem encontrar um quadro de compromisso que permitisse que da parte do empresário houvesse a assunção de regularizações de compromissos de trabalho. E ele disse que sim, que não queriam fechar o negócio e já laborava há muitos anos e havia trabalhadores em número significativo que tinham que ser preservados. O que queriam era que houvesse num quadro de compromissos no sentido de que as coisas evoluíssem com regras e funcionassem com regras. E esse tinha sido o problema delicado daquele campo de negócios, em particular, o segmento das pedreiras. Lembrava, já tiveram um ou dois momentos de regularização no passado e aquele foi um problema, até, que o anterior Executivo, tentou abordar em pacote e que depois retirou, porque, de facto, aquele não era um tema pacífico, era delicado, era complexo, independentemente da boa vontade dos locais, era enquadrado e legalizado no âmbito de legislação nacional. Percebiam, também, que não houve, ali, um diálogo tão profícuo, como desejariam, com a entidade Câmara Municipal, para construir aquele quadro de compromisso. E os empreendedores manifestaram disponibilidade para adequar a sua área de exploração, face àquilo que era a sua pretensão inicial, dando, ali, um sinal de boa vontade de quem, de facto, para além dos estudos que já fez e do gabinete técnico que os tinha a acompanhar, estaria disposto a celebrar um compromisso, que traduzisse aquela preocupação das nossas freguesias, dos nossos autarcas, das populações, e, também, dos

requisitos de natureza ambiental, sendo certo que a pedreira para recuperar o que já esventrou, tinha que laborar e tinha que laborar com atividade económica, porque o areeiro e o saibreiro, para haver reposição de inertes tinha de haver um quadro de compromisso e tinha que haver atividade económica que fizesse fluir essa matéria. Em face disso, teve o cuidado de dar uma palavra sobre esse tema ao Deputado João Nogueira, para, também, recolher a sensibilidade dele, porque o grupo do partido socialista era o segundo grupo maior da Assembleia e sabia que ele tinha conhecimento daquela realidade, foi durante muitos anos Presidente da Junta de Freguesia de Gualtar e conhecia as pessoas e as explorações, e, por isso, a sua opinião, tinha para si algum peso, e, em face disso, depois de alguma reflexão, do diálogo com os Senhores Presidente de Junta e face àquelas circunstâncias, achavam que o RERAE, podia ser, no fundo, uma declaração de interesse em que aquele problema fosse resolvido. Mas que fosse resolvido, também, com um quadro de compromissos mais fino e apertado, porque achavam que se o empresário voltasse a dialogar com a Câmara, com o Vereador da tutela, se reduzisse a área de exploração e se encontrasse aquele quadro de compromisso, Braga ficaria a ganhar, as populações ficariam a ganhar, preservavam a atividade negocial, mas tinham um quadro de compromissos que também não ia lesar, em excesso, o ambiente, na medida do possível. Por isso, em face do exposto, aquilo que iam, ali, sugerir, era a retirada daquele ponto. A retoma do diálogo com a Câmara Municipal, na pessoa da Vereação, sobre aquele tema. Estabilizar aquela pretensão e numa próxima Assembleia Municipal pronunciar-se-iam sobre aquela matéria. E deixar, também, ali, um apelo pedagógico, em relação a outras pedreiras do nosso concelho, que não foram dar a cara, que não se chegaram à frente, que ainda não iniciaram aquele processo, porque aquelas eram questões delicadas e complexas,

*mas tinham que ser resolvidas, tinham que ser encaradas e tinham que ser enquadradas pela legislação, porque o pior que podia acontecer era, de facto, aquela situação andar sem enquadramento, como andaram durante muitos anos, porque isso era, ainda, mais lesivo dos nossos interesses, enquanto comunidade. Daí que a sua proposta fosse essa, de retirar-se o ponto, estabelecer-se uma nova ponte de diálogo e numa próxima Assembleia a Câmara faria a proposta ao abrigo do RERAE e, então pronunciar-se-iam sobre a proposta de mérito, analisando, provavelmente, com maior detalhe aquilo que estava, ali, hoje, a ser proposto. Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado do P.S., **JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para dizer que naquilo que, também, interessava ao Município e naquilo que interessava ao ambiente, o Deputado João Granja consultou-o e ao Partido Socialista, sendo que subscreviam a proposta do PSD através do aludido Deputado, refletindo o seguinte: a exposição anteriormente feita, foi muito bem-apresentada. Foi uma aula, porque o trabalho de casa foi bem feito. Deu a conhecer quais os parâmetros em que a resolução de uma situação, que era um drama, poderia e deveria ser percorrida, para que fosse resolvida, porque tinha que ser resolvida. O que acontecia era que os areiros, saibeiros ou pedreiras eram, efetivamente, feridas ambientais que, muitas vezes, nasceram de forma marginal, foram legalizadas, mas muitas vezes, depois, havia abusos e excessos, mas a verdade era que tinham que por mão nisso. Ora, por a mão nisso era, também, fazer a recuperação ambiental desses espaços e isso só poderia ser feito se dessem hipótese a que e, caso fossem cumpridos os requisitos legais, a situação pudesse ser resolvida. Conhecia de forma muito boa os dois areiros que, ali, existiam e que eram, praticamente, vizinhos um do outro, e era uma chaga ambiental que era preciso sarar. Achava, portanto, que a proposta feita pelo Deputado João Granja e que o Partido Socialista subscrevia, era muito*

*equilibrada, fazia justiça e era, também, amiga do ambiente. Na primeira audição das Juntas de Freguesia, deveria ser, também, consultada a Junta de Freguesia de Gualtar, que estava, praticamente, no limite e que tinha sofrido com a perda de águas subterrâneas que alimentavam algumas fontes e poços e que a partir da utilização dessas duas minerações, acabou por ser prejudicada, relativamente a um bem essencial que era a água, para não falar, também, na poeira, já que, depois, aqueles dois areeiros, se estivessem virados a norte, acabavam por degradar muito mais, as freguesias de Adaúfe e, de uma forma muito especial, Santa Lucrécia. Portanto, subscreviam a proposta do Deputado João Granja, por forma a clarificar, ouvir outros intervenientes e, sobretudo, para que houvesse soluções de recuperação, porque o que interessava, em termos ambientais, era que fossem feitas recuperações ambientais daquele espaço e até seria bom que alguns os fossem visitar, para perceber que urgente, urgente, era recuperar o espaço e isso poderia ser conseguido se conseguissem um compromisso, em que a recuperação ambiental estivesse prevista. Por fim usou da palavra o Sr. Deputado da C.D.U., **MARCOS MANUEL DA SILVA COUTO OLIVEIRA**, para informar que não se opunham, obviamente, à retirada daquele ponto, até porque julgavam ser profícuo um maior aprofundamento daquele reconhecimento de utilidade pública daquela pedreira, mas gostariam de solicitar ao Executivo que, para análise futura, fossem fornecidos, por parte do proprietário da pedreira, todos os estudos de impacto ambiental que já foram elaborados e respetivas dias, que são as declarações de impacte ambiental, emitidas pela APA-Agência Portuguesa do Ambiente. E não gostariam, também, de deixar de por já em cima da mesa, as questões relacionadas com o património arqueológico, que ali subsistia e que foram bem lembradas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Lucrécia de Algeriz e pelo próprio Vereador Miguel*

*Bandeira, relativamente à ampliação prevista para a pedreira, porque era disso que estavam, efetivamente, a tratar. Estavam a tratar da recuperação ambiental das zonas que já foram exploradas, que podiam ser feitas ao arrefio de uma ampliação para o sítio arqueológico em si, que era aquilo que, efetivamente, estava a acontecer. Por isso, também, gostava de ver o próprio estudo de impacte ambiental e a posição da Direção Geral do Património Ambiental, relativamente ao monte Vasconcelos, que era o sítio arqueológico conhecido há mais de trinta anos e que já tinha sido esventrado com as intervenções daquele areeiro e cuja ampliação era, exatamente, para a acrópole do sítio arqueológico. Mas reafirmavam que não se opunham àquela retirada, para estudar melhor o assunto. Posta à votação a proposta da retirada do ponto da ordem de trabalhos, foi a mesma **aprovada com duas abstenções**. A **SRª. PRESIDENTE DA MESA**, em face da hora avançada, reuniu com os líderes dos grupos municipais, para decidirem sobre a continuidade da ordem de trabalhos, tendo ficado decidido que os trabalhos continuariam na próxima quinta-feira, dia vinte e quatro, às vinte uma horas, em princípio, naquele mesmo Auditório, mas depois seria confirmado.*

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA: *A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata em minuta, para produzir efeitos imediatos, na parte respeitante aos pontos um, dois, três, quatro, cinco, oito, nove, dez, doze e treze de conformidade com o disposto no número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro.*

ENCERRAMENTO: *À uma hora, a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos desta sessão de dezoito de outubro, de que, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.*

REUNIÃO DE 24 DE OUTUBRO DE 2019

*No dia vinte e quatro de outubro de dois mil e dezanove, retomou-se a sessão do dia dezoito de abril de dois mil e dezanove, nesta cidade de Braga, no Auditório José Sarmento, no Mercado Cultural do Carandá, pelas vinte e uma horas, sob a Presidência da Senhora Hortense Lopes dos Santos, com a assistência do Senhor João Manuel Tinoco Ribeiro da Silva, como Primeiro Secretário e da Senhora Maria do Pilar Araújo Teixeira, como Segunda Secretária. **MAIORIA LEGAL - A SENHORA PRESIDENTE DA MESA** comunicou que havia quórum, tendo-se verificado a presença de setenta e um membros. **ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:** João Alberto Granja dos Santos Silva, Filomena Maria Beirão Mortágua Sousa Freitas Bordalo, Maria Ester da Silva Taveira, Américo dos Santos Afonso, Maria Angelina Pinto Rodrigues, Natacha Sofia Miranda Fontes, Maria Manuela de Freitas Marques, Fernando Manuel Martins Viana, Inês Patrícia Ferreira Alves Varajão Borges, Manuel Joaquim da Silva Pinto Barbosa, Domingos da Silva Abreu, António José Pereira de Freitas, João Miguel Ribeiro Lemos de Medeiros, Ana Leonor Pizarro Bravo da Silva Pereira, Ricardo Machado de Azevedo, Gonçalo Nuno Lopes de Castro Pimenta de Castro, Fernando Manuel Gonçalves Sá Menezes, Mário Manuel Gonçalves Rodrigues, António Joaquim Tavares Fidalgo, Paula Julieta Ramada Ferreira Caramelo, João António de Matos Nogueira, Cláudia Patrícia Serapicos Alves, José Eduardo Gouveia Silva Pinheiro, Emiliano Renato Araújo Noversa, Marta Filipa Azevedo Ferreira, Pedro Filipe Magalhães Roriz, Márcio Alexandre Martins Ribeiro, Victor Bruno Machado Ferreira, Pedro Miguel Rodrigues Simões Casinhas, João Jorge Ferreira Baptista, Paula Maria de Azevedo da*

Cunha, Marcos Manuel da Silva Couto Oliveira, António Meireles de Magalhães Lima, Maria José da Silva Lourenço, Agostinho Fernando Monteiro Fernandes, José Manuel Ribeiro Afonso, Manuel Jorge Miranda Pereira, João José da Costa Pires, Manuel Jorge Costa Pires, José Cândido Ferraz, José João Pereira Correia, Fernando Alberto Oliveira Costa Silva, Filipe Vaz Alves, João da Silva Oliveira, Manuel António Veiga de Carvalho, Raúl da Silva Gomes, Marco Paulo Ferreira de Oliveira, João Paulo de Carvalho Vieira, Augusto Vieira de Carvalho, Sérgio Filipe de Sá Antunes Oliveira, António Rolando Pimenta e Silva, Carmindo João Costa Soares, Adélia de Jesus Gonçalves da Silva, José Magalhães Soares Gomes, Manuel de Azevedo Martins, Ana Daniela Pereira, João Lamego Moreira, Óscar José Vieira Peixoto Alves, Maria José Fernandes Borges, Israel Clímaco Martins Barbosa Araújo Pinto, Francisco Manuel Pereira da Silva, Luís Alberto Pinto da Silva, Mário José Reis Vieira, João Carlos Fernandes da Rocha, Maria Elizabete Marques da Silva, Manuel Pereira de Faria, Dinis Filipe Gomes de Sá e Rogério Augusto Rodrigues da Rocha.

SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE MANDATO: *A Assembleia, em face dos pedidos apresentados, deliberou aceitar a suspensão de mandato dos seguintes membros: Hugo Alexandre Lopes Soares, Serafim Figueiral Rebelo, Bento Duarte da Silva, João Filipe Monteiro Marques, João Orlando Travassos Freitas Alcaide, Rui Nuno Gonçalves Marques, Paulo Alexandre Lopes de Carvalho Viana, Tânia Correia da Cruz, José Raúl de Oliveira Rodrigues, João Diogo Fernandes Ferreira, Augusto Alexandre da Cunha Dias, Maria José Fernandes Teixeira, Jorge Daniel Paredes Abreu, Ana Margarida Sarmento Manso da Silva Macieira, Pedro Morais Mesquita Borges de Macedo, Carlos André da Silva Alves de Sá, Fausto Alves Farinha, Pedro Miguel Pereira de Sousa, Catarina Lourenço Ribeiro, Maria Helena Fernandes Teixeira, José Pedro Gomes Bastos,*

*Carla Maria da Costa e Cruz, Bárbara Seco de Barros, Maria Alexandra Nogueira Vieira e Manuel Carlos Ferreira da Silva. **FALTARAM OS SEGUINTE MEMBROS:** José Miguel Ferreira da Silva, Sandra Raquel Rodrigues Ribeiro, José Oliveira da Silva e Manuel Gomes de Oliveira. A **SRª PRESIDENTE DA MESA** cumprimentou todos os presentes e informou que foi presente um documento, relacionado com o estádio municipal, para ser entregue aos Grupos Municipais, mas no dia seguinte a mesma informação seguiria para todos os membros da Assembleia Municipal, por correio eletrónico. Passou-se de seguida à continuação da apresentação da **ORDEM DE TRABALHOS: PONTO NÚMERO QUINZE – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS DO PORTUGAL ROMANO – CORREÇÃO DOS ESTATUTOS**. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de dez de setembro do ano em curso, relativa à correção dos Estatutos da Associação Nacional de Municípios do Portugal Romano, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada por unanimidade**. **PONTO NÚMERO DEZASSEIS – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA O PROJETO DE REABILITAÇÃO DO CONVENTO DE SÃO FRANCISCO E PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A UNIVERSIDADE DO MINHO, MUNICÍPIO DE BRAGA, DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO NORTE E PARÓQUIA DE REAL (SÃO JERÓNIMO)**. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal a proposta aprovada pelo Executivo em reunião de dezasseis de setembro do ano em curso, relativa ao protocolo de cooperação para o projeto de reabilitação do Convento de São Francisco e protocolo de colaboração entre a Universidade do Minho, Município de Braga, Direção Regional de Cultura do Norte e Paróquia*

*de Real (São Jerónimo), que se dão por reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de ata. Colocada à discussão, começou por usar da palavra o **SR. PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE, FRANCISCO MANUEL PEREIRA DA SILVA**, para, antes de entrar na discussão propriamente dita, agradecer, por não ter tido a oportunidade de o fazer, na última Assembleia, publicamente a doação do terreno para a construção não da capela, mas da casa mortuária, que estaria disponível para receber toda a gente. Relativamente ao ponto ora em apreço, disse que fazia, hoje, precisamente um mês, que foi assinado aquele protocolo, que previa a recuperação do Convento de São Francisco. Era um imóvel valiosíssimo, não só para a freguesia, mas, também, um imóvel que tinha um enorme valor para o concelho de Braga, porque estava junto de um edifício que era a capela de São Frutuoso, que era um monumento nacional e com a recuperação daquele convento, pensava que não só a freguesia, mas o concelho de Braga teria, ali, um monumento para visitar, porque estava previsto no projeto a integração daquele edifício no circuito de visita integrada, quer ao mausoléu de São Frutuoso, quer à igreja de São Francisco. Para quem conhecia, o próprio imóvel era um museu. Era um edifício valiosíssimo. Esperava, como alguém que era natural de Real, que acompanhava há muitos anos o desejo da população de Real, ver aquele imóvel recuperado. Esperavam que, desta vez, porque o projeto foi desenvolvido quer pelo Município, quer pela Direção Regional da Cultura do Norte, quer pela Universidade do Minho, que lá tinha feito investimento, aproveitando para agradecer, na pessoa do Dr. Luís Fontes, que era um arqueólogo dedicado, quer a Real, quer a Dume, fosse criado um roteiro cultural que envolvesse quer aquele monumento que iria ser recuperado, quer o mausoléu de São Frutuoso e, também, o núcleo museológico de Dume, que era um*

*valiosíssimo património arquitetónico. A casa mortuária que iria ser construída, não seria normal, porque iriam aproveitar para ter lá uma exposição permanente de arte sacra. Quando não houvesse funerais iria estar aberta e iria ser integrada naquele circuito integrado de visitas, com arte sacra para toda a gente poder visitar. Restava-lhe agradecer e desejar que, de uma vez por todas, o projeto seguisse e que a segunda fase avançasse e que a unidade de arqueologia da Universidade do Minho fosse para Real, porque era uma boa casa. Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado da C.D.U., **MARCOS MANUEL DA SILVA COUTO OLIVEIRA**, para salientar que: "A propósito deste protocolo, cujo sentido cremos ser consensual a todos os membros desta Assembleia pelo mérito não só de manter este Imóvel Classificado na esfera municipal, como também de promover a sua preservação, salvaguarda e valorização patrimonial, não pode a CDU deixar de levantar algumas questões relacionadas com a valorização e gestão do património concelhio, tão mal tratado desde há largas décadas na nossa cidade, mesmo depois da implementação de diversas ferramentas legais de preservação patrimonial. Ressalvando os méritos deste protocolo, que dota esta estrutura conventual de uma nova vida, projetando-a como um "polo descentralizado de dinamização e incremento turístico do concelho" e, simultaneamente, mune a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho de um espaço renovado para a investigação fundamental que exerce de âmbito científico, a verdade é que a assinatura do protocolo por parte do Sr. Presidente da Câmara já no passado dia vinte e quatro de setembro constitui-se como mais um exemplo da leviandade e desconsideração que tem para com os membros desta Assembleia. Seria bom percebermos qual seria a atitude do Sr. Presidente se hoje os deputados municipais rejeitassem este protocolo, algo que, voltámos a frisar não desejamos. Outro dos "méritos" deste protocolo reside no facto de ele*

mostrar de forma clara a todos os cidadãos bracarenses que a desculpa utilizada para a alienação da Fábrica Confiança de não existirem fundos comunitários para um projeto de recuperação e preservação, é uma desculpa, no mínimo, infundada, pois como podemos ver neste protocolo, será elaborada uma candidatura para verbas destinadas à recuperação do imóvel ao abrigo Programa Comunitário Norte vinte vinte, num projeto cujos fundamentos de preservação e valorização do património construído se pediam idênticos para o edifício da Confiança. Seria bom também perceber quais as reais intenções deste executivo relativamente ao restante património cultural concelhio já que, em dois mil e dezoito, na apresentação do Orçamento e Plano Plurianual, foram cabimentados quase meio milhão de euros para projetos, estudos ou trabalhos de conservação de sítios e monumentos, sendo que, ao que se sabe, ainda só avançou o processo das Carvalheiras e o das Sete Fontes, e mesmo esses de forma muito envergonhada e com atrasos substanciais ao previsto. Como quer este executivo assumir protagonismo na Rede de Cooperação Estradas Romanas na Europa que votaremos em seguida, ou na Associação Nacional de Municípios Portugal Romano que votámos anteriormente, se não realiza substancial investimento financeiro, no estudo, defesa, valorização e recuperação do seu enorme legado romano e que está sob sua responsabilidade? Para quando o cumprimento do seu programa eleitoral de dois mil e treze, depois replicado em dois mil e dezassete, que relativamente à gestão e valorização do Parque Arqueológico de Braga propalava a criação de Consórcio de Bracara Augusta para o estudo e valorização do património existente? Ou a promessa dos estudos necessários para no futuro proceder à Musealização do Teatro Romano e da Estação Arqueológica de Santa Marta das Cortiças? Sr. Presidente, há vontade ou não de cumprir as medidas a que se propôs nos seus programas eleitorais? O

Património Cultural Bracarense, seja de cariz histórico, arquitetónico, arqueológico ou até imaterial, possui um elevado potencial como fator de coesão da nossa sociedade, porque gerado pela vontade de memória e de legitimar um passado compartilhado pelas populações funciona como elemento aglutinador, reforçando redes coletivas de reforço de pertencimento e de identidade social. Tal importância obriga a políticas de valorização, estudo e recuperação dos Bens Culturais Nacionais, políticas essas que se constituem como uma tarefa fundamental do Estado no geral e dos Municípios em particular. Bem sabemos que as tentativas de alienação ou concessão à iniciativa privada de Imóveis Culturais Classificados, numa clara tentativa de benefício dos grandes interesses imobiliários, desresponsabiliza os agentes políticos da sua tarefa fundamental de proteção dos Bens Culturais. Por isso, defendemos que seja previsto (e desta feita concretizado) um programa de emergência do Património Cultural devidamente calendarizado e financiado com vista à sua recuperação, salvaguarda, conservação e manutenção na esfera pública. Para tal, e à semelhança do aprovado no Orçamento do Estado de dois mil e dezanove por proposta da CDU - onde foi requerido ao Governo a apresentação pública até ao final de dois mil e dezanove da "Carta de Risco com as prioridades de intervenção de salvaguarda e de investimento no património edificado público classificado ou em vias de classificação a nível nacional, dando sequência ao Programa Nacional de Emergência do Património Cultural consagrado na Lei número cento e catorze barra dois mil e dezassete, de vinte e nove de dezembro", Proposta de Lei, PCP, número 156cento e cinquenta e seis barra doze barra quarta -, deveria o Município desenvolver no decurso do próximo ano uma Carta de Risco semelhante e com os mesmos objetivos, incluindo desta feita os sítios arqueológicos não classificados abrangidos no território bracarense". Interveio

de seguida o Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA, para dizer que aquela matéria não era a primeira vez que foi à Assembleia Municipal. Julgava que todos se lembrariam que aquilo foi objeto de uma liberação da Assembleia que estabelecia um comodato com a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho e a Universidade do Minho começou, logo desde essa hora, a desenvolver o seu trabalho, inclusive, tiveram, até, a oportunidade de fazerem uma visita em tempos remotos ao Convento de São Francisco, que conhecia bem, tal como a igreja da freguesia e a capela de São Frutuoso de Montélios, visigótica ou moçárabe, conforme polémica dos especialistas, mas era, indiscutivelmente, uma joia peninsular, havendo só uma cópia no mundo parecida, que era a da Gala Placídia, em Ravena, mas a nossa era mais bonita, mais rica e mais bem preservada. Por isso, o PSD em linha com o que disse o Sr. Presidente da Junta, com quem se identificavam por inteiro, aquela era uma iniciativa que deviam saudar, porque a haver uma intervenção de grande envergadura naquele espaço, abrirem o âmbito das entidades envolvidas, desde a paróquia, a Junta, no fundo, todos aqueles que pudessem associar-se, valorizavam o projeto. Porque a ideia não era, apenas, recuperar o Convento de São Francisco, era fazer uma fruição integrada das várias componentes, tinham o Convento Franciscano, a Capela de São Frutuoso de Montélios, a igreja da freguesia e todo o espaço que, por si, também era muito bonito e podia e devia ser valorizado. Não era de desvalorizar que a intervenção previa, ainda, uma biblioteca, com um espaço de conferências e investigação na área da arqueologia, que era, no fundo, a grande motivação do Departamento de Arqueologia da Universidade do Minho, como espaços de fruição mais amplos. Por isso, saudavam a abertura desse âmbito, o envolvimento de mais entidades, porque era a garantia de que assim haveria maior facilidade não só na obtenção

dos apoios, das candidaturas, mas, sobretudo, havia a garantia de que essas entidades iriam permitir uma recuperação completamente diferente do que aquilo que seria apenas a recuperação do Convento de São Francisco, estrito senso. Achavam que era positivo, achavam que era muito valioso, achavam que devia ser apoiado e, por isso, iriam validar favoravelmente. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada por unanimidade. PONTO NÚMERO DEZASSETTE – ADESÃO DO MUNICÍPIO DE BRAGA À ASSOCIAÇÃO “COOPERATION NETWORK ROMAN ROUTE HERITAGE IN EUROPE”**. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta aprovada em reunião do Executivo Municipal de vinte e três de setembro do ano em curso, referente à adesão do Município de Braga à Associação “Cooperation Network Roman Route Heritage in Europe”, documentos que se dão por reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada por unanimidade. PONTO NÚMERO DEZOITO – PROPOSTAS DE ACERTOS FINANCEIROS MINUTA DE ADENDA AOS ACORDOS DE EXECUÇÃO COM AS FREGUESIAS**. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de dez de setembro do ano em curso, respeitante às propostas de acordos financeiros, acompanhadas da minuta de adenda aos acordos de execução e demais elementos e informações, que se dão por reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de atas. Neste ponto da ordem de trabalhos usou da palavra o **Sr. Deputado do P.S., JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA**, para referir que a valorização e a dignificação do trabalho das Juntas de Freguesia estavam no ADN do Partido Socialista. E antes de haver a Lei setenta e cinco de dois mil e treze, já os Executivos Municipais delegavam nas Juntas de Freguesia um conjunto de

atividades muito, até, parecidas com aquelas que os acordos de execução contemplavam, através do Lei setenta e cinco de dois mil e treze. Estavam, ali, muitos Presidentes de Junta que sabiam que isso era rigorosamente verdade. A partir de dois mil e sete um conjunto de atividades foram delegadas nas Juntas de Freguesia e eu eram complementadas com o trabalho da Câmara nessas mesmas áreas. Dessa forma o trabalho ficava dignificado e havia uma política de proximidade que era sempre do máximo interesse para as populações, por várias razões como todos percebiam e sabiam. Naturalmente que quando apareceu a Lei setenta e cinco de dois mil e treze, o Senhor Presidente da Câmara e o Executivo Municipal, deu-lhe corpo e ele próprio foi, ali, elogiar a forma como foram lançados e os acordos que foram estabelecidos. Com o tempo, poder-se-ia ter avançado mais, poder-se-ia ter avançado noutras áreas, porque as Juntas de Freguesia demonstraram que tinham competência para ir muito mais longe. Houve várias propostas, algumas feitas, até, por si próprio, enquanto Presidente de Junta, falava da questão dos parques infantis, da questão da varredura e outras que seriam do interesse para todos, nomeadamente, a limpeza das áreas de equipamento do domínio municipal. A verdade era que, entretanto, isso não foi feito e assistia-se, hoje, àquilo que já deveria ter sido feito no início do mandato, que era a renovação dos acordos de execução, através do aditamento que, hoje, lhes foi apresentado. O Partido Socialista estava absolutamente de acordo. Estava no espírito daquilo que faziam. Estava no espírito daquilo que era a Lei setenta e cinco de dois mil e treze, mas achavam que esses acordos deviam ter efeitos retroativos, os aditamentos, ao início do mandato, data em que esses acordos deveriam ter sido renegociados, até porque a realidade se alterou durante os últimos quatro anos. No entanto, havia uma questão que, enquanto porta voz do Partido Socialista, solicitava ao Sr. Presidente da Câmara,

*enquanto responsável pelas freguesias, que tinha a ver com a coesão territorial. Falavam muitas vezes em coesão territorial, que tinha como objetivo primeiro, corrigir assimetrias que poderiam existir entre aquilo que era a disponibilidade financeira duma freguesia relativamente a outras, tendo em causa a sua escala. Dava um exemplo: uma freguesia por pequena que fosse, gastava, exatamente, o mesmo que uma freguesia grande, com mais eleitores, com maior escala, quando tinha que assumir encargos, relativamente às questões de natureza informática, através da aquisição de programas e da sua manutenção, da sua atualização, tinha que pagar aquilo que pagava uma freguesia grande. E a coesão servia para isso mesmo. Servia para ajudar quem, muitas vezes, por uma questão de escala não tinha os fundos financeiros que lhe permitiam cobrir isso. E outros exemplos poderiam ir ali. Daí que achasse que, por uma questão de justiça, devia apelar para que a Câmara pudesse rever aquela questão da coesão territorial, disponibilizando às freguesias, que precisavam daquele esforço, que aquela questão pudesse vir a ser revista, para que, efetivamente, em questão de igualdade, as Juntas não tivessem umas um esforço maior do que aquilo a que outras era pedido. Ficava, ali, aquele apontamento e o Partido Socialista, porque se revia e porque estava no seu ADN e, aliás, foi precursor, a nível nacional, iria votar a favor. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com seis abstenções.***

PONTO NÚMERO DEZANOVE – CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA. *Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, as propostas aprovadas nas reuniões do Executivo Municipal de vinte e nove de julho, de dez de setembro e de sete de outubro do ano em curso, relativas*

aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências nas seguintes freguesias: Um - União de Freguesias de Arentim e Cunha, para a execução da obra denominada “Vedação do espaço de lazer no Parque Desportivo de Arentim”, no montante de dezanove mil quatrocentos e sessenta e nove euros e cinquenta e cinco cêntimos; Dois - União de Freguesias de Cabreiros e Passos São Julião, para a execução da obra denominada “Repavimentação da rua dos Emigrantes”, no montante de vinte mil quatrocentos e dezanove euros e sessenta e dois cêntimos; Três - União de Freguesias de Cabreiros e Passos São Julião, para a execução da obra denominada “Pavimentação da rua Beco da Pedreira”, no montante de onze mil trezentos e dois euros e trinta e sete cêntimos; Quatro - União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, para a execução da obra denominada “Rua treze de maio – sinalização e retificação de passeios – Vimieiro”, no montante de dezassete mil cento e quarenta e nove euros e vinte e um cêntimos; Cinco - União de Freguesias de Arentim e Cunha, para a execução da obra denominada “Alargamento e requalificação da rua Calçada da Pessa”, no montante de sessenta e três mil trezentos e sessenta e sete euros e noventa e nove cêntimos; Seis - Junta de Freguesia de Ruílhe, para a execução da obra denominada “Obras complementares da Escola Básica número um de Ruílhe”, no montante de oito mil seiscentos e cinco euros e vinte e quatro cêntimos; Sete - Junta de Freguesia de Sobreposta, para a execução da obra denominada “Drenagem de águas pluviais da rua Senhora da Conceição”, no montante de setenta e quatro mil seiscentos e vinte e seis euros e quarenta cêntimos. Postas à votação foram as referidas propostas **aprovadas com duas abstenções. PONTO NÚMERO VINTE – ACORDOS DE CEDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO - JUNTAS DE FREGUESIA.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, as propostas aprovadas na reunião do Executivo

*Municipal de sete de outubro do ano em curso, relativas à celebração de acordos de cedência de uma parcela de terreno, a título gratuito, entre o Município de Braga e as Freguesias de Gualtar e São Vicente, que têm como finalidade a implementação de uma horta comunitária, cujo teor se dão por reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de atas. Posta á votação foi a referida proposta **aprovada por unanimidade. PONTO NÚMERO VINTE E UM – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A DIVERSAS JUNTAS DE FREGUESIA.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, as propostas aprovadas nas reuniões do Executivo Municipal de vinte e nove de julho, de dez e dezasseis de setembro e de sete de outubro do ano em curso, relativas à atribuição de apoios financeiros, nos termos do preceituado na alínea j), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, às seguintes Juntas de Freguesia: Um - União de Freguesias de Nogueiró e Tenões, destinado a apoiar as despesas com o “Festival Castro Galaico de Nogueiró”, no valor de cinco mil euros; Dois - União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações, destinado a apoiar a elaboração do estudo prévio para o “CAL – Centro de Atividades de Lamações), a liquidar mediante a apresentação de relatório(s) comprovativo(s) da despesa efetuada, no valor de vinte e três mil trezentos e trinta e sete euros e oitenta e sete cêntimos; Três - União de Freguesias de Merelim São Paio, Panóias e Parada de Tibães, destinado a apoiar a “Aquisição de material para a reparação/requalificação da sede da Comissão de Festas de São Roque”, a liquidar mediante a apresentação de relatório(s) comprovativo(s) da despesa efetuada, no valor de mil sessenta e quatro euros e trinta e oito cêntimos; Quatro - Junta de Freguesia de Sequeira, destinado a apoiar a obra de “Requalificação da casa mortuária de Sequeira”, no valor de dez mil cento e oitenta e seis euros e*

sessenta cêntimos; Cinco - Junta de Freguesia de Mire de Tibães, destinado a apoiar a “Limpeza da área junto ao rio Cávado”, no valor de seis mil trezentos e sessenta euros; Seis - Junta de Freguesia de Adaúfe, destinado a apoiar os “Projetos da rua do Pinheirinho, rua do Outeiro, rua dos Quatro Caminhos e rua vinte e cinco de abril”, no valor de vinte mil cento e vinte e um euros e cinquenta sete cêntimos; Sete - Junta de Freguesia de Espinho, destinado a apoiar a “Aquisição de mobiliário e equipamento diverso para o edifício Patronato”, no valor de dez mil quatrocentos e quarenta e oito euros e quarenta e sete cêntimos; Oito - Junta de Freguesia de Lamas, destinado a apoiar o as obras no “Parque de estacionamento de Lamas – iluminação pública”, no valor de sete mil oitocentos e setenta e dois euros e nove cêntimos; Nove - Junta de Freguesia de Tadim, destinado a apoiar a obra de “Construção de parque infantil no loteamento das Tomadas e requalificação do parque infantil da rua Padre Cruz”, no valor de oitenta e três mil quinhentos e setenta e oito euros e quarenta e seis cêntimos; Dez - União de Freguesias de Crespos e Pousada, destinado a apoiar a obra de “Cobertura do polidesportivo em Pousada”, no valor de trinta mil setecentos e trinta e sete euros e setenta cêntimos; Onze - União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, destinado a apoiar a obra do “Arranjo urbanístico da zona envolvente ao Centro Escutista ‘O Apeadeiro’, Aveleda”, no valor de vinte e dois mil sessenta e três euros e vinte e dois cêntimos; Doze - União de Freguesias de Arentim e Cunha, destinado a apoiar a obra de “Execução de parque infantil no parque de lazer e merendas de Cunha”, no valor de trinta e quatro mil seiscentos e três euros e quarenta cêntimos; Treze - Junta de Freguesia de Palmeira, destinado a apoiar a “Aquisição de trator para vários serviços”, no valor de dez mil euros; Catorze - Junta de Freguesia de Sobreposta, destinado a apoiar a obra de “Requalificação da capela mortuária e a

*beneficiação dos arranjos interiores e exteriores do cemitério”, no valor de sessenta mil trezentos e onze euros e oitenta cêntimos; Quinze - União de Freguesias de Este (São Pedro e São Mamede), destinado a apoiar a obra de “Reabilitação da Poça do Pregal – Este São Mamede), no valor de doze mil duzentos e onze euros e vinte cêntimos; Dezasseis - Junta de Freguesia de Mire de Tibães, destinado a apoiar a “Realização de levantamento topográfico aéreo da área de terreno para o novo cemitério de Mire de Tibães”, no valor de novecentos e oitenta e quatro euros. Postas à votação foram as referidas propostas **aprovadas com duas abstenções. PONTO NÚMERO VINTE E DOIS – ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS.** Para apreciação da Assembleia Municipal, junto se envia informação sobre os benefícios fiscais concedidos pela Câmara Municipal, nos termos do número três, do artigo quadragésimo primeiro do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Municipais, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas.*

PONTO NÚMERO VINTE E TRÊS – SEMANA DA SAÚDE MENTAL (PARA CONHECIMENTO). Para conhecimento da Assembleia Municipal, remete-se a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de vinte e três de setembro do ano em curso, relativa à isenção de ingressos pagos, apenas para a admissão ao II Congresso Internacional de Demência, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

PONTO NÚMERO VINTE E QUATRO – ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA PARA PARTICIPAR NO CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES (A.N.M.P.) A SRA. PRESIDENTE DA MESA informou da existência de uma proposta que seria designada por **lista A**, propondo o Sr. Presidente da União de Freguesias de Morreira e Trandeiros, Manuel de

Azevedo Martins, como representante efetivo e o Sr. Presidente da União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe, Francisco Manuel Pereira da Silva, como representante suplente. Posta à votação foi a referida proposta aprovada com cinquenta votos a favor e com catorze votos brancos. PONTO NÚMERO VINTE E CINCO – INFORMAÇÃO PRESTADA PELAS COMISSÕES PERMANENTES. Neste ponto da ordem de trabalhos registou-se a intervenção da **SRª. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS E SAÚDE, FILOMENA MARIA BEIRÃO MORTÁGUA DE SOUSA FREITAS BORDALO**, para informar que: “A Comissão dos Assuntos Sociais e Saúde prossegue os contactos que possibilitem o conhecimento da realidade dos recursos de saúde disponibilizados à população do concelho, estando em agendamento iniciativas nas áreas da saúde mental e dos cuidados de saúde primários. Recordo que, sobre a temática da saúde, a Comissão já reuniu com a administração do Hospital de Braga, conforme informação já transmitida na reunião da Assembleia Municipal de vinte e um de fevereiro e com a Fundação Domus Fraternitas, no âmbito da RNCCI. Aliás, faz hoje seis meses que esta Câmara decidiu, por unanimidade, o envio das senhas de presença àquela Instituição para aquisição de seringas infusoras destinadas aos Cuidados Paliativos da Unidade “O Poverello”. Nunca é demais registar esta iniciativa e exortar para que o processo seja concluído. A Assembleia Municipal de treze de julho de dois mil e dezoito aprovou na generalidade o Regulamento dos Apartamentos de Transição para Vitimas de Violência Doméstica e decidiu que o mesmo fosse enviado à Comissão dos Assuntos Sociais e Saúde para melhoria e aperfeiçoamento. Nesse sentido, a Comissão analisou e elaborou um conjunto de propostas que, em novembro de dois mil e dezoito, remeteu aos serviços de apoio à Assembleia Municipal. Relembremos a necessidade do seu agendamento, para

*análise e votação naquela Câmara”. **PONTO NÚMERO VINTE E SEIS – INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO.** Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal, informação do Sr. Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, por escrito e que aqui se dá como reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. O **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, para, inicialmente, saudar, porque aquela era a última sessão em que estava presente como Vereador, o seu colega Firmino Marques, que exerceu, também, funções como Vice-Presidente da Câmara Municipal de Braga, ao longo dos últimos seis anos. Foi, também, antes disso, durante doze anos, Presidente da Junta de Freguesia de São Victor e, também, membro daquela Assembleia e não podia, hoje, de aproveitar aquele momento, para deixar ali, e julgava que se associariam, uma saudação muito especial de gratidão, por tudo aquilo que foi o seu contributo para o concelho de Braga e, em particular, para o bom funcionamento daquele órgão municipal, onde teve, mesmo como Presidente de Junta, diversas intervenções em diversos contextos. Depois, uma segunda palavra, relativamente de funcionamento do órgão municipal, com a saída do Dr. Firmino Marques iria assumir funções a Dr.^a Olga Pereira, a sua atual Chefe de Gabinete. Houve uma redistribuição dos pelouros, que faria chegar à Sr.^a Presidente, para poder distribuir pelos membros da Assembleia Municipal. E além dessa redistribuição de pelouros, também, dentro do Executivo, havia outras consequências dentro do próprio universo municipal, contando com o funcionamento das diversas comissões, visto que, por exemplo, na Bragahabit, quem iria assumir a presidência iria ser, precisamente, a Dr.^a Olga Pereira, em substituição do Vereador Miguel Bandeira. No caso dos*

Transportes Urbanos, iria ser o Vereador Miguel Bandeira a substituir na presidência o Dr. Firmino Marques e, também, no MARN iriam alterar o representante na Assembleia Geral. Dizer, também, naquele período de informações, que já pediu aos serviços da Câmara Municipal para fazerem chegar à Sr^a. Presidente, para depois poder distribuir aos diversos grupos municipais daquela Assembleia, o documento que foi produzido pelo Executivo e pelos serviços da Câmara, que respondeu ao requerimento do Vereador da CDU, relativamente ao Estádio Municipal de Braga. E sobre essa matéria só comentários brevíssimos. Obviamente que todos conheciam a sua posição sobre esse processo, aquilo que foram os juízos que fez sobre a maneira como ele foi conduzido, mas não era sobre essa dimensão em concreto, que, hoje, ali, queria falar. Queria, em primeiro lugar, dizer que não deixava de ser relevante que quase vinte anos volvidos da construção do estádio, finalmente a Câmara tivesse feito aquilo que o interveniente, e por iniciativa do Vereador da CDU, que formalizou esse mesmo pedido, enquanto Deputado Municipal, há vinte anos, naquela Assembleia Municipal, não conseguiu obter do executivo de então, que foi uma relação sistematizada dos custos do estádio municipal e de todas as vertentes da sua construção e associadas. E, portanto, naturalmente, que achava ser um documento importante, do ponto de vista da leitura, do ponto de vista do conhecimento da forma como aquele processo foi conduzido, aquele que foi coligido pelos serviços e que foi disponibilizado aos Vereadores e que, agora, seria disponibilizado, também, aos Senhores membros da Assembleia Municipal. Depois, dizer que mais importante do que olhar para o passado, parecia-lhe que era olhar para o futuro. E mais do que lamentarem a maneira como aquele processo foi conduzido, era preciso perceber que aquele era um processo que ainda tinha consequências muito palpáveis no presente, que tinha, obviamente,

ainda consequências no futuro próximo, que seriam sensíveis, desde logo, pelo Município e através do Município, por todos os Bracarenses e que isso obrigava a uma reflexão coletiva de todos os autarcas, de todos os responsáveis políticos no Município, para perceber quais eram as alternativas que tinham pela frente em relação àquele processo. A maioria do Executivo Municipal tinha uma posição, que foi tornada pública, entendiam que a única forma de o Município poder reaver algum do investimento que, ali, foi realizado, era de tentar a alienação do estádio municipal e frisava tentar, porque não havia nenhuma garantia de que se encontrasse um comprador, nas condições que estipulariam como razoáveis, para consumir essa mesma alienação. Mais importante do que isso, consideravam que, neste momento, não tinham a legitimidade política para promover essa alienação, sem a respetiva validação pelos cidadãos e daí, também, irem avançar com um referendo municipal, sobre essa matéria. Mas, a juntar a essa dimensão, havia, também, duas outras que tinham sido muito discutidas e que, também, cumpria alargar, do ponto de vista da discussão, naqueles órgãos, que era, nomeadamente, a componente da sustentabilidade técnica do imóvel, do edifício, nomeadamente os estudos que estavam a ser feitos em relação à salvaguarda das respetivas ancoragens e outras dimensões. E, também, porque não, havia que ter bem presente, ali, a relação entre o Município e o Sporting Clube de Braga, no que concernia à gestão do estádio municipal e aquilo que podia ser, ou não, a necessidade de alteração dessas mesmas condições, hoje, vigentes. E, portanto, atendendo a esses três eixos, de soluções para o futuro, a realização do referendo com a eventual tentativa de alienação, acompanhamento da dimensão técnica do projeto do estádio municipal e a dimensão, também, de relação entre a Câmara e o Clube, era que queria, hoje, ali, propor à Sr^a. Presidente, aos líderes de cada uma das bancadas, que na sua próxima reunião, tivessem em conta a

*possibilidade de constituir aquilo que, também, lamentavelmente, não se constituiu, aquando do processo de construção, que era uma Comissão Eventual da Assembleia Municipal, para acompanhar esses processos. Achava que haveria toda a utilidade, para que todos tivessem devidamente informados e aptos a darem, também, o seu contributo sobre cada uma dessas matérias. E, portanto, como, na altura, houve quem dissesse, que essa Comissão só serviria para dar bilhetes aos seus membros, hoje, não havia essa oportunidade e, portanto, todos poderiam participar num pelo exercício da responsabilidade democrática e de transparência, que muito prezavam. A **SR^a. PRESIDENTE DA MESA** saudou o Sr. Dr. Firmino Marques, bem como a Sr^a. Deputada do Bloco de Esquerda, Dr^a. Alexandra Vieira, que iriam representar Braga na Assembleia da República, solicitando, também, uma salva de palmas. **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:** A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata em minuta, para produzir efeitos imediatos, na parte respeitante aos pontos quinze, dezasseis, dezassete, dezoito, dezanove, vinte, vinte e um, vinte e quatro, de conformidade com o disposto no número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. **ENCERRAMENTO:** Às vinte e duas horas e quinze minutos, a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos desta reunião de vinte e quatro de outubro, de que, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.*